



SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ SP

Ciência de Dados e Tecnologia da Informação
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

1. Este simulado conta com questões focadas para o concurso **SEFAZ-SP**;
2. A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
3. As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
4. A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/g9th4TqaHXxGNUT7A>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE

RANKING CLASSIFICATÓRIO

Confira sua nota e posição no Ranking Classificatório e saiba o seu desempenho.

<http://estrategi.ac/cvnpo6>

SISTEMA DE QUESTÕES

Acesse o link abaixo para fazer este simulado no Sistema de Questões.

<https://bit.ly/3W725ju>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**ADMINISTRAÇÃO GERAL***Stefan Fantini*

1. Em determinada organização, a alta administração é responsável pela elaboração de um planejamento que abrange toda a instituição, estabelecendo os caminhos a serem seguidos no longo prazo.

O tipo de planejamento descrito é denominado:

- a) planejamento tático
- b) planejamento gerencial
- c) planejamento operacional
- d) planejamento intermediário
- e) planejamento estratégico

2. “Ser instituição protagonista e inovadora em planejamento e gestão de recursos financeiros.”

O trecho acima, extraído do Planejamento Estratégico da SEFAZ-SP, representa

- a) a missão da SEFAZ-SP
- b) o propósito da SEFAZ-SP
- c) a visão da SEFAZ-SP
- d) os valores da SEFAZ-SP
- e) a ética da SEFAZ-SP

3. A forma de coordenação que ocorre a partir da comunicação entre os responsáveis pela realização de uma tarefa, em relações que não implicam subordinação, é denominada:

- a) Supervisão direta.
- b) Função de staff.
- c) Padronização de resultados.
- d) Ajuste espontâneo.
- e) Autoridade de linha.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*Rodrigo Rennó*

4. A trajetória da administração pública costuma ser analisada a partir de modelos de gestão que se sucederam no tempo. No Brasil, a reforma gerencial da década de 1990 representou um marco importante nesse processo.

Sobre os modelos de administração pública e a reforma gerencial brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) No modelo patrimonialista, há clara distinção entre os bens públicos e os bens particulares do governante.
- b) A administração burocrática tem como foco principal os resultados e a satisfação do cidadão-cliente.
- c) O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995) propôs a transição para a administração gerencial, com foco em resultados e maior autonomia aos gestores.
- d) A administração gerencial surgiu antes da administração burocrática na evolução dos modelos de gestão.
- e) O modelo gerencial afasta os instrumentos de controle da administração pública.

5. Os conceitos de governança, governabilidade e accountability ganharam centralidade na administração pública com a difusão da Nova Gestão Pública (NGP).

A respeito da Nova Gestão Pública e desses conceitos, assinale a alternativa correta.

- a) A Nova Gestão Pública rejeita a importação de ferramentas gerenciais oriundas do setor privado.
- b) A governabilidade diz respeito à capacidade técnica de formular e implementar políticas, sem relação com o apoio político.
- c) A accountability resume-se à prestação de contas de natureza financeira dos gestores públicos.
- d) A dimensão vertical da accountability refere-se ao controle recíproco exercido entre as instituições do Estado.
- e) A governança pública diz respeito à capacidade de direção, coordenação e controle do Estado voltada à entrega de resultados à sociedade.

6. A transparência e o acesso à informação são pilares da administração pública contemporânea, disciplinados pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), e relacionam-se com o ciclo das políticas públicas.

Sobre o acesso à informação e as políticas públicas, assinale a alternativa correta.

- a) Na Lei de Acesso à Informação, o sigilo é a regra geral e a publicidade, a exceção.
- b) A transparência ativa consiste na divulgação espontânea, pelo poder público, de informações de interesse coletivo, independentemente de solicitação.
- c) O fornecimento da informação pública depende de o solicitante demonstrar as razões do seu pedido.
- d) A formação da agenda corresponde à etapa de execução das políticas públicas pela burocracia.
- e) A avaliação das políticas públicas antecede a sua formulação no ciclo de políticas.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

7. Durante o planejamento de trabalhos de fiscalização em determinada entidade pública, o Tribunal de Contas identificou três situações:

- I. Necessidade de examinar as demonstrações contábeis da entidade, com o propósito de obter evidências suficientes e apropriadas que permitam expressar opinião sobre a existência de distorções relevantes decorrentes de fraude ou erro, considerando a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- II. Necessidade de avaliar se determinado programa governamental alcançou os resultados pretendidos, considerando a utilização dos recursos disponíveis, os custos envolvidos e a possibilidade de aperfeiçoamento das ações implementadas, mediante análise das causas dos desvios identificados.
- III. Necessidade de verificar se determinadas contratações públicas observaram não apenas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, mas também os acordos, as políticas institucionais e os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável no setor público.

Considerando os objetivos, os critérios e as características das auditorias do setor público, conforme a NBASP 100, assinale a alternativa correta.

- a) A situação I caracteriza auditoria financeira, cuja finalidade é assegurar que as demonstrações contábeis estejam integralmente livres de quaisquer distorções, independentemente de sua relevância, enquanto a situação III caracteriza auditoria de conformidade, cujos critérios se restringem às normas juridicamente vinculantes.
- b) A situação II caracteriza auditoria operacional, na qual a análise dos princípios de economicidade, eficiência e efetividade pressupõe necessariamente a identificação de irregularidades legais, sendo a formulação de recomendações condicionada à comprovação de descumprimento normativo.

- c) A situação III caracteriza auditoria de conformidade, cujos critérios podem abranger leis, regulamentos, políticas, acordos e princípios gerais aplicáveis à gestão pública, enquanto a situação II caracteriza auditoria operacional, voltada à avaliação do desempenho segundo critérios adequados, à análise das causas dos desvios e à identificação de oportunidades de aperfeiçoamento.
- d) As situações I e III caracterizam auditorias financeiras, pois ambas envolvem transações financeiras e informações contábeis, distinguindo-se exclusivamente pela natureza dos critérios utilizados, sendo a auditoria de conformidade aplicável apenas a objetos sem repercussão financeira.
- e) A situação II caracteriza auditoria operacional, cujo objetivo principal consiste em emitir opinião sobre a conformidade das informações financeiras com a estrutura contábil aplicável, enquanto a situação I caracteriza auditoria de conformidade, em razão da necessidade de obtenção de evidências suficientes e apropriadas.
8. Durante a execução de auditoria financeira em uma autarquia estadual, a equipe de fiscalização identificou divergências relevantes entre os saldos registrados no sistema contábil da entidade e as informações obtidas diretamente de terceiros. Adicionalmente, determinados documentos utilizados para fundamentar os registros apresentavam características que suscitaram questionamentos sobre sua autenticidade e integridade.
- Ao avaliar os elementos probatórios reunidos, o auditor constatou que as inconsistências poderiam comprometer a fundamentação de suas conclusões e, eventualmente, afetar outras áreas examinadas no trabalho.
- Considerando as disposições da NBC TA 500 – Evidência de Auditoria, assinale a alternativa que apresenta a conduta tecnicamente adequada a ser adotada pelo auditor.
- a) Priorizar as informações obtidas de terceiros independentes, considerando que sua origem externa lhes confere confiabilidade absoluta, tornando desnecessária a execução de procedimentos complementares.
- b) Selecionar, mediante julgamento profissional, os elementos probatórios que apresentem maior grau de credibilidade, afastando os demais, desde que a decisão seja devidamente fundamentada na documentação de auditoria.
- c) Comunicar as divergências à administração da entidade e considerar suficientes os esclarecimentos formalmente apresentados, uma vez que a responsabilidade pela integridade dos registros contábeis pertence aos gestores.
- d) Reavaliar exclusivamente os procedimentos relacionados aos saldos divergentes, uma vez que eventuais inconsistências entre evidências não devem interferir na avaliação de outros componentes da auditoria.
- e) Avaliar a necessidade de modificar ou ampliar os procedimentos de auditoria para esclarecer as divergências e as dúvidas identificadas, considerando também os possíveis reflexos dessas circunstâncias sobre outros aspectos do trabalho.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

9. João, dirigente de uma autarquia estadual qualificada legalmente como agência executiva, depara-se com diversas demandas logísticas e operacionais essenciais para o funcionamento do órgão. Entre as necessidades imediatas, listam-se: a compra de materiais de expediente comuns para abastecer o almoxarifado, a contratação de um serviço de restauração de uma obra de arte histórica pertencente ao acervo da autarquia, a aquisição de um software específico que só pode ser fornecido por uma empresa representante exclusiva no Brasil, e a realização de uma contratação direta, que, por um descuido, acabou sendo efetivada com erro grosseiro. Diante dessas necessidades, João analisa os procedimentos cabíveis sob a ótica da Lei nº 14.133/2021. Com base na situação narrada e nas regras de contratação direta, assinale a alternativa correta:

- a) Na aquisição do software que só pode ser fornecido por empresa representante exclusiva, a licitação será considerada dispensável, devendo a comprovação ser feita mediante atestado de exclusividade e sendo expressamente permitida a preferência por marca específica.
- b) Para a compra dos materiais de expediente por baixo valor, a licitação é dispensável para valores inferiores a R\$ 50.000,00, não se aplicando o limite em dobro para a autarquia qualificada como agência executiva, visto que tal regra de duplicação é restrita aos consórcios públicos.
- c) A contratação do serviço de restauração da obra de arte histórica caracterizará hipótese de inexigibilidade de licitação caso se trate de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual prestado por profissional ou empresa de notória especialização.
- d) Na hipótese de a contratação direta ter sido indevida e ocorrida com erro grosseiro, apenas o agente público responsável responderá pelo dano causado ao erário, excluindo-se a responsabilidade do particular contratado.

e) Caso opte pela dispensa de licitação em razão do baixo valor, a Administração fica estritamente proibida de realizar divulgação prévia de aviso em sítio eletrônico para obter propostas adicionais, visto que a dispensa extingue qualquer rito competitivo.

10. Determinada Secretaria de Estado firmou contrato administrativo para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação. No decorrer da execução contratual, surgiram controvérsias operacionais decorrentes do atraso no repasse de pagamentos devidos pelo poder público, levando o particular a questionar os limites e possibilidades de paralisação das atividades prestadas. Considerando o regime das cláusulas exorbitantes e as regras relativas à exceção do contrato não cumprido previstas na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) O contratado pode suspender imediatamente a execução de suas obrigações contratuais tão logo seja constatado qualquer atraso no pagamento de parcelas devidas pela Administração Pública.
- b) Na hipótese de inadimplemento da Administração por atraso superior a dois meses, o contratado poderá exigir a suspensão do contrato mesmo quando decorrente de situação de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra.
- c) Caso a inadimplência contratual seja praticada pelo próprio contratado, a Administração Pública também ficará impedida de suspender os pagamentos até que decorra o prazo mínimo de dois meses do descumprimento.
- d) O contratado terá direito à extinção do contrato ou à suspensão do cumprimento de suas obrigações quando houver atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

e) Nos contratos de concessão de serviços públicos regidos pela Lei nº 8.987/1995, havendo inadimplência da Administração Pública, a concessionária pode paralisar imediatamente os serviços prestados assim que ajuizar a ação de rescisão judicial.

11. Um servidor público estadual passou a ser investigado nas esferas cível, criminal e administrativa sob a acusação de ter praticado ato que acarretaria lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito no exercício de suas funções. No âmbito das discussões sobre a independência das instâncias e a aplicação das sanções, a autoridade competente observou as regras estabelecidas pela Lei nº 8.429/1992. Considerando o regime jurídico do ressarcimento ao erário, a independência das instâncias e a apresentação da declaração de bens pelo agente público, assinale a alternativa correta:

- a) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a qual deverá ser atualizada anualmente e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.
- b) O agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa será apenado unicamente com a sanção de advertência por se tratar de infração meramente formal.
- c) Na hipótese de ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano fixada em ação de improbidade administrativa independe de eventual ressarcimento já ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa sobre os mesmos fatos, sendo vedada qualquer dedução.
- d) As sentenças civis e penais produzirão efeitos em relação à ação de improbidade administrativa em qualquer hipótese de absolvição,

independentemente de concluírem ou não pela inexistência da conduta ou pela negativa da autoria.

e) A aplicação da pena administrativa de demissão a servidor público em razão da prática de improbidade administrativa depende indispensavelmente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública.

12. João, cidadão atuante, protocolou um pedido de acesso a informações perante determinada autarquia para obter cópias físicas de uma série de processos administrativos. O volume de documentos solicitados é grande, inviabilizando a concessão de acesso imediato e gerando custos materiais significativos de reprodução. Ademais, verificou-se internamente que uma pasta contendo parte dos registros físicos solicitados foi extraviada. Considerando os trâmites legais para atendimento da demanda e o regime de acesso à informação aplicável à Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O órgão público dispõe do prazo máximo, improrrogável e preclusivo de 20 (vinte) dias para enviar a informação, comunicar data e local para consulta ou indicar as razões de fato ou de direito da recusa.
- b) O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, admitindo-se a cobrança exclusivamente do valor necessário ao ressarcimento do custo de reprodução, estando isento o requerente cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.
- c) Na hipótese de a autarquia comunicar oralmente a João que a informação requerida já se encontra publicamente disponível em meio eletrônico, o órgão estará automaticamente desonerado da obrigação de seu fornecimento direto, independentemente de qualquer manifestação do cidadão.
- d) Diante do extravio da pasta com os documentos físicos, o requerente não possui instrumento administrativo imediato para exigir apuração dos

fatos, devendo o órgão atuar de ofício no prazo de um ano.

- e) Caso o acesso seja denegado sob a justificativa de que os autos são sigilosos, João poderá interpor recurso em face da decisão no prazo estrito de 15 (quinze) dias, a contar de sua ciência, dirigido à mesma autoridade que exarou a decisão.

13. A Secretaria da Fazenda (SEFAZ), pessoa jurídica de direito público, firmou contrato com uma empresa privada de tecnologia visando à execução descentralizada de serviços de modernização de sua plataforma corporativa. Para o fiel cumprimento do contrato, a SEFAZ precisará transferir dados pessoais de contribuintes à referida empresa privada. Considerando a situação hipotética descrita e as regras sobre o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e as sanções administrativas dispostas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assinale a alternativa correta:

- a) A transferência dos dados pessoais constantes nas bases da SEFAZ para a empresa privada contratada é terminantemente vedada, não admitindo exceções legais, ainda que o objetivo seja a execução descentralizada de uma atividade pública.
- b) Os dados pessoais contidos no banco de dados da SEFAZ deverão ser armazenados e mantidos estritamente em formatos não estruturados e proprietários, a fim de inviabilizar o uso compartilhado e resguardar a privacidade.
- c) A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais da SEFAZ para a referida pessoa de direito privado ocorrerá independentemente de informação à autoridade nacional e de consentimento do titular em todas as suas operações.
- d) Na hipótese de a SEFAZ cometer infração às normas de proteção de dados no decorrer dessa operação, a autoridade nacional poderá aplicar-lhe diretamente a sanção de multa simples de até 2% (dois por cento) de seu orçamento.
- e) A aplicação de sanções administrativas à SEFAZ ou aos seus agentes em virtude de infrações às normas

da LGPD não exclui a aplicação das disposições previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

14. Determinada sociedade empresária, atuante no setor de construção civil, é investigada por supostos atos de corrupção em licitações e contratos com a Administração Pública. No decorrer do processo, apura-se a efetiva prática de atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, o que enseja a responsabilização da empresa e de seus dirigentes. Verifica-se, ainda, a existência de uma sociedade controladora envolvida no caso. A sociedade infratora, visando mitigar as consequências, cogita a celebração de um acordo de leniência. Com base nas disposições de responsabilização e sanções da referida Lei, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilização da sociedade empresária pelos atos lesivos será objetiva, enquanto a responsabilização de seus dirigentes ou administradores também será objetiva, independentemente da demonstração da culpabilidade de cada um.
- b) A sociedade controladora será solidariamente responsável pela prática dos atos previstos na Lei Anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- c) As sanções administrativas que podem ser aplicadas à sociedade empresária responsável incluem, cumulativamente com a multa, a suspensão ou interdição parcial de suas atividades e a dissolução compulsória da pessoa jurídica.
- d) A celebração e o efetivo cumprimento do acordo de leniência pela sociedade colaboradora isentam a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- e) Caso a autoridade competente aplique a sanção de multa à sociedade empresária, o valor será exclusivamente fixado entre R\$ 6.000,00 e R\$ 60.000.000,00, sendo vedada a utilização do faturamento bruto como critério de cálculo.

15. Determinada servidora pública, ocupante de cargo efetivo em município, necessitou se afastar de suas funções durante seis meses por motivo de licença para tratamento de saúde. Ao retornar ao trabalho e solicitar o agendamento de seu período aquisitivo de férias, foi surpreendida com a negativa da Administração Municipal. A decisão administrativa fundamentou-se em legislação local que determina a perda ou restrição do direito às férias para os servidores que permanecerem em licença para tratamento de saúde por período superior a três meses no mesmo exercício. Considerando o entendimento jurisprudencial consolidado sobre os direitos constitucionais dos agentes públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A restrição imposta pelo município é válida, tendo em vista que, no exercício de sua autonomia legislativa para disciplinar o regime jurídico dos servidores, o ente federativo detém competência plena para estabelecer condições impeditivas ao gozo de férias.
- b) O afastamento da servidora por motivo de doença pode ser interpretado como substitutivo do direito ao descanso anual, o que legitima a norma municipal impeditiva.
- c) A limitação ao direito de férias é inconstitucional, uma vez que, no exercício de sua autonomia legislativa, o município não pode restringir o período de férias sob o fundamento de que a servidora esteve em licença para tratamento de saúde, sob pena de violação ao direito constitucional ao descanso anual.
- d) O município pode restringir o período de férias, desde que assegure o pagamento de indenização correspondente ao terço constitucional, compensando a ausência do descanso físico.
- e) A restrição ao período de férias decorrente de licença saúde é aplicável exclusivamente aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não alcançando os ocupantes de cargo efetivo submetidos ao regime estatutário.

16. O Estado Alfa, no regular exercício de suas atividades de controle e regulação, deparou-se com diversas situações envolvendo delegações de serviços e utilidades públicas em seu território. Entre os cenários submetidos à análise de sua agência reguladora, destacam-se: a prestação de serviços de táxi por particulares sem a realização de procedimento licitatório prévio; o corte no fornecimento de energia elétrica de determinados usuários; a notificação extrajudicial de uma concessionária de rodovia cobrando uma autarquia estadual de saneamento pelo uso da faixa de domínio; e a identificação de graves irregularidades no serviço de transporte coletivo que ensejam a possibilidade de intervenção na respectiva concessionária. Considerando os entendimentos jurisprudenciais consolidados sobre a prestação, regulação e sanção nos serviços e utilidades públicas, assinale a alternativa correta:

- a) Em relação aos serviços de táxi autorizados pelo Poder Público, a ausência de licitação configura inconstitucionalidade, por se tratar de delegação de serviço público submetido ao art. 175 da Constituição Federal.
- b) É legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica dos usuários pela concessionária local quando a inadimplência decorrer, exclusivamente, de débitos pretéritos, desde que seja garantida a prévia notificação.
- c) É devida e legítima a cobrança promovida pela concessionária de rodovia em face da autarquia estadual de saneamento básico pelo uso da faixa de domínio da via pública concedida, constituindo fonte de receita complementar.
- d) Na decretação de intervenção sobre a concessionária de transporte, o direito de defesa do concessionário só é propiciado após a decretação da intervenção, a partir do momento em que for instaurado o procedimento administrativo.
- e) Eventuais processos administrativos sancionadores instaurados pela agência reguladora estadual contra as referidas concessionárias devem tramitar sob sigilo absoluto durante toda a sua tramitação.

17. Durante uma grande manifestação de cunho político que bloqueava uma das principais avenidas da cidade, o Batalhão de Polícia de Choque do Estado Alfa interveio para restabelecer a ordem. No momento de maior tensão e confronto, ocorreu o disparo de projéteis de borracha e bombas de efeito moral. Um repórter fotográfico, cobrindo o evento para um veículo de imprensa, adentrou uma área delimitada pelas forças policiais como zona de exclusão e risco iminente, ignorando reiteradas e ostensivas advertências sonoras e visuais para se retirar do local. Pouco tempo depois, ele foi atingido no olho por um fragmento de um dos artefatos lançados pela polícia, perdendo a visão. Com base no entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal acerca da responsabilidade civil do Estado em situações de manifestações públicas e ferimento de profissionais de imprensa, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade civil do Estado é sempre integral, sem admitir excludentes, devendo indenizar o profissional da imprensa ferido independentemente do local em que ele se encontrava, por se tratar de atividade de risco acentuado inerente à cobertura jornalística.
- b) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, mas será excluída no caso concreto, configurando culpa exclusiva da vítima, por ter o profissional de imprensa descumprido ostensiva e clara advertência sobre o acesso à área delimitada, onde havia grave risco.
- c) A responsabilidade do Estado nesse cenário é subjetiva, recaindo sobre o ente federativo o ônus de provar a ausência de dolo e culpa dos agentes policiais que lançaram os artefatos.
- d) Por se tratar de tumulto provocado pelos manifestantes, o evento é classificado como fortuito externo, o que exime o Estado de qualquer dever de indenização, recaindo a responsabilidade integral sobre os organizadores do protesto.
- e) O repórter fará jus à indenização por danos materiais e morais, mas o valor deverá ser mitigado em razão da concorrência de culpas entre o profissional de imprensa e a atuação imprudente das forças de segurança.

18. João, cidadão atuante na fiscalização dos serviços estaduais, e Maria, servidora pública estadual, vivenciaram situações que exigiram formalizações perante a Administração. João deseja registrar uma reclamação por conduta que julgou incompatível por parte de um agente no atendimento ao público. Maria, por sua vez, teve um benefício funcional negado por sua chefia imediata e pretende contestar a decisão. Considerando a situação hipotética e os preceitos da Lei nº 10.261/1968 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de São Paulo) aplicáveis ao direito de petição, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para defesa de direitos é assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente de pagamento.
- b) A Administração poderá recusar-se a protocolar a petição formulada por João caso verifique, de plano, a ausência de provas materiais da conduta incompatível alegada.
- c) Aos servidores públicos, como Maria, é assegurado o direito de requerer, representar, pedir reconsideração e recorrer de decisões, direitos estes que devem ser exercidos no prazo estrito de 15 dias.
- d) O exercício do direito de petição por parte de João, por envolver reclamação sobre conduta no serviço público, sujeita-se ao recolhimento prévio de taxas administrativas destinadas ao custeio do protocolo.
- e) Caso Maria opte por apresentar um pedido de reconsideração, tal instrumento objetivará que uma autoridade hierarquicamente superior reaprecie a decisão proferida por seu subordinado.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

19. O Governador de determinado Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei orçamentária anual contendo, além da previsão de receitas e da fixação de despesas, autorizações para:

- I. Abertura de créditos suplementares, respeitado o limite estabelecido na própria lei.
- II. Abertura de créditos especiais destinados a despesas sem dotação orçamentária específica.
- III. Contratação de operações de crédito por antecipação de receita, observados os requisitos legais.

Considerando o princípio da exclusividade orçamentária, podem integrar a lei orçamentária anual as autorizações indicadas em:

- a) I, II e III, pois todas as autorizações se relacionam à execução financeira do exercício.
- b) I e II, apenas, porque a autorização para créditos adicionais integra o conteúdo próprio da lei orçamentária, independentemente da espécie do crédito.
- c) I e III, apenas, pois a Constituição admite a inclusão dessas duas autorizações como exceções ao princípio da exclusividade.
- d) II e III, apenas, porque a abertura de créditos suplementares depende de autorização em lei autônoma, aprovada após o orçamento.
- e) I, apenas, já que a contratação de operações de crédito por antecipação de receita exige autorização em lei distinta.

20. Helena, Governadora do Estado Alfa, apresentou suas contas anuais de governo. Rafael, presidente de uma autarquia estadual, prestou contas de sua gestão. Lívia, dirigente de uma associação privada, apresentou contas dos recursos estaduais que administrou em decorrência de convênio celebrado com o Estado.

Nessas situações, conforme a CF/1988, compete ao Tribunal de Contas do Estado Alfa

- a) apreciar as contas de Helena mediante parecer prévio e julgar as contas de Rafael e de Lívia, nas situações apresentadas.
- b) julgar as contas de Helena e de Rafael e emitir parecer prévio sobre as contas de Lívia.
- c) julgar as contas dos três responsáveis, cabendo à Assembleia Legislativa, como titular do controle externo, apreciar os recursos contra suas decisões.
- d) emitir parecer prévio sobre as três prestações de contas, cabendo à Assembleia Legislativa julgá-las definitivamente.
- e) julgar apenas as contas de Rafael, pois a aplicação de recursos por entidade privada afasta a competência do controle externo estadual.

21. Acerca do controle de constitucionalidade no ordenamento brasileiro, é correto afirmar que

- a) a ação declaratória de constitucionalidade perante o STF pode ter por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual, exige controvérsia judicial relevante e produz, no julgamento definitivo de mérito, eficácia contra todos e efeito vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário e para a Administração Pública direta e indireta.
- b) a ação direta de inconstitucionalidade perante o STF admite leis municipais como objeto quando a ofensa à CF/1988 for direta, sendo dispensável demonstrar controvérsia judicial relevante e vedada a desistência após o ajuizamento.
- c) a cláusula de reserva de plenário impede que juízes de primeiro grau reconheçam incidentalmente a inconstitucionalidade de leis, pois essa competência depende de deliberação da maioria absoluta dos membros do tribunal ou de seu órgão especial.
- d) a declaração de inconstitucionalidade em ação direta exige a presença de, no mínimo, oito ministros, sendo suficiente o voto da maioria dos presentes, e a modulação de efeitos depende da aprovação de dois terços dos membros do STF.
- e) a arguição de descumprimento de preceito fundamental admite o questionamento de lei municipal anterior à CF/1988, desde que haja lesão a preceito fundamental e inexistência de outro meio eficaz de saná-la, podendo ser proposta pelos mesmos legitimados à ação direta de inconstitucionalidade.

22. Ana requereu à administração fazendária estadual acesso aos registros informatizados dos pagamentos de tributos que ela própria realizou, mas recebeu negativa expressa. Bruno teve ilegalmente recusada a expedição de certidão de tempo de serviço necessária à defesa de direito pessoal, estando a recusa comprovada documentalmente. Carla, eleitora no pleno exercício dos direitos políticos, pretende anular contrato administrativo lesivo ao patrimônio público.

Os instrumentos adequados às pretensões de Ana, Bruno e Carla são, respectivamente

- a) habeas data, habeas data e ação popular.
- b) habeas data, mandado de segurança e ação popular.
- c) mandado de segurança, mandado de segurança e ação civil pública.
- d) mandado de injunção, habeas data e ação popular.
- e) mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.

23. Considerando a disciplina constitucional do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), introduzida pela EC nº 132/2023, é correto afirmar que

- a) a competência tributária pertence exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal, cabendo aos Municípios participar da arrecadação e da administração do imposto por meio de representantes no Comitê Gestor.
- b) a instituição depende de lei complementar nacional, mas cada Estado e Município poderá definir seus próprios fatos geradores e bases de cálculo, respeitados os limites gerais estabelecidos pela Constituição.
- c) a legislação será única e uniforme em todo o território nacional, cabendo ao Senado Federal fixar, por resolução, as alíquotas obrigatórias para todos os entes federativos, vedada a adoção de alíquotas próprias pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- d) a competência será compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, com legislação única e uniforme em todo o território nacional, cabendo a cada ente fixar sua alíquota própria por lei específica.
- e) a arrecadação e a distribuição do produto arrecadado serão realizadas de forma integrada pelo Comitê Gestor, enquanto o julgamento do contencioso administrativo ficará reservado aos órgãos próprios de cada ente.

24. Beatriz, Carlos e Daniel ocupam cargos efetivos na administração direta estadual. Beatriz assumiu mandato de prefeita; Carlos, de vereador; e Daniel, de deputado estadual. Há compatibilidade entre os horários das atividades de Carlos no cargo efetivo e na Câmara Municipal.

De acordo com a CF/1988, deverão afastar-se de seus cargos efetivos

- a) os três servidores, sendo facultado a todos optar pela remuneração do cargo efetivo ou do mandato.
- b) Beatriz e Daniel, apenas, sendo assegurada a Beatriz a opção pela remuneração do cargo efetivo.
- c) Carlos e Daniel, apenas, com percepção obrigatória da remuneração do mandato e perda das vantagens do cargo efetivo.
- d) Daniel, apenas, pois os mandatos municipais permitem a continuidade no cargo efetivo, independentemente de compatibilidade de horários.
- e) Beatriz, apenas, porque o afastamento depende do exercício de mandato no Poder Executivo.

25. No exercício do poder constituinte derivado reformador, a CF/1988

- a) impede que a matéria de proposta de emenda rejeitada ou considerada prejudicada seja reapresentada na mesma sessão legislativa e atribui a promulgação das emendas às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem sanção presidencial.
- b) autoriza a iniciativa por mais da metade das Assembleias Legislativas, exigindo que cada uma se manifeste por maioria absoluta, e determina a aprovação da proposta, em dois turnos em cada Casa do Congresso, por três quintos dos respectivos membros.
- c) exige a aprovação da proposta em dois turnos em cada Casa do Congresso, por três quintos dos parlamentares presentes, e permite sua apresentação por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

d) veda emendas durante intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio ou calamidade pública, tratando essas hipóteses como limitações circunstanciais que impedem a alteração do texto constitucional enquanto perdurarem.

e) impede qualquer alteração da redação dos dispositivos relativos à forma federativa de Estado, à separação dos Poderes e aos direitos e garantias individuais, ainda que a proposta preserve seu conteúdo essencial e seja aprovada pelo procedimento previsto para as emendas.

26. Durante a apreciação do projeto de lei orçamentária anual da União, três parlamentares apresentaram emendas compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Laura propôs ampliar investimentos mediante anulação de dotações para pessoal e encargos. Marcos destinou recursos à compra de equipamentos mediante anulação de despesa discricionária com publicidade institucional. Nina propôs apenas corrigir erro material em dispositivo do texto do projeto, sem alterar receitas ou despesas.

Considerando os aspectos descritos e atendidos os demais requisitos constitucionais, podem ser aprovadas as emendas de

- a) Laura e Marcos, apenas, pois a indicação de recursos por anulação de despesa é suficiente para validar ambas.
- b) Laura e Nina, apenas, porque a despesa com pessoal admite cancelamento e a correção de erro material dispensa compensação.
- c) Marcos e Nina, apenas, pois a proposta de Laura indica dotação cuja anulação é vedada para essa finalidade.
- d) Marcos, apenas, porque toda emenda ao projeto orçamentário exige indicação de recursos provenientes de anulação de despesas.
- e) as três, pois a compatibilidade com o PPA e a LDO permite a aprovação das alterações propostas.

27. A respeito da atuação do Estado na ordem econômica, a CF/1988 estabelece que

- a) a exploração direta de atividade econômica pelo Estado depende, cumulativamente, de imperativos de segurança nacional e de relevante interesse coletivo definidos em lei, ressalvadas as exceções constitucionais.
- b) as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica submetem-se ao regime das empresas privadas quanto às obrigações civis e comerciais, mas conservam regime de direito público quanto às obrigações trabalhistas e tributárias.
- c) a atuação estatal como agente normativo e regulador abrange fiscalização e incentivo, enquanto o planejamento possui caráter determinante tanto para o setor público quanto para o setor privado, nos termos das diretrizes fixadas em lei.
- d) a prestação de serviços públicos incumbe ao Poder Público, diretamente ou por concessão ou permissão, exigindo-se licitação para a concessão, mas admitindo-se que a permissão seja outorgada independentemente de procedimento licitatório.
- e) o Estado exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este vinculante para o setor público e orientador para o setor privado, e a lei deve reprimir o abuso do poder econômico destinado a eliminar a concorrência.

28. Na ausência de normas gerais federais sobre determinado aspecto da proteção e integração social das pessoas com deficiência, o Estado Alfa editou lei para atender às suas peculiaridades. Posteriormente, a União estabeleceu normas gerais válidas sobre o mesmo assunto, incompatíveis com parte da disciplina estadual.

Nessas circunstâncias, conforme a CF/1988

- a) a lei estadual é inconstitucional desde a origem, pois somente a União pode editar normas gerais sobre a matéria, mesmo diante de sua omissão.
 - b) a lei federal revogou integralmente a lei estadual, ainda que alguns dispositivos desta sejam compatíveis com as normas gerais supervenientes.
 - c) a lei estadual permanece integralmente eficaz, pois a competência legislativa plena impede a posterior edição de normas gerais pela União.
 - d) a lei estadual foi validamente editada e teve sua eficácia suspensa apenas nos pontos incompatíveis com as normas gerais federais.
 - e) a lei estadual foi revogada apenas nos dispositivos incompatíveis, preservando-se a vigência dos demais.
-

ECONOMIA*Celso Natale*

29. Considere as seguintes afirmações a respeito das falhas de mercado:

- I. Bens públicos puros são não rivais e não excludentes; a não exclusão dá origem ao comportamento do carona, que leva o mercado a ofertá-los em quantidade inferior à eficiente, e a não rivalidade implica custo marginal nulo de atender um consumidor adicional.
- II. Na presença de externalidade negativa na produção, o custo marginal social supera o custo marginal privado e o equilíbrio de mercado apresenta quantidade superior à socialmente ótima; um imposto pigouviano igual ao custo marginal externo, avaliado no nível eficiente de produção, corrige a distorção.
- III. Pelo teorema de Coase, se os direitos de propriedade estiverem bem definidos e os custos de transação forem nulos, as partes negociam até a alocação eficiente, independentemente de a quem o direito tenha sido inicialmente atribuído.
- IV. Bens meritórios, como saúde e educação, são bens públicos puros, pois não é possível excluir indivíduos de seu consumo, razão pela qual só podem ser ofertados pelo Estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e II.

30. Em um mercado competitivo, a demanda e a oferta de um bem são dadas por $QD = 200 - 2P$ e $QS = 2P$, em que P é o preço em reais e Q a quantidade. O governo institui um imposto específico de R\$ 10,00 por unidade, recolhido pelos vendedores. Nessa situação, a parcela do imposto suportada pelos consumidores, por unidade, a arrecadação do governo e o peso morto (excesso de gravame) do tributo são, respectivamente,

- a) R\$ 10,00; R\$ 900,00 e R\$ 50,00.
- b) R\$ 5,00; R\$ 1.000,00 e R\$ 100,00.
- c) R\$ 10,00; R\$ 1.000,00 e R\$ 50,00.
- d) R\$ 5,00; R\$ 900,00 e R\$ 50,00.
- e) R\$ 5,00; R\$ 900,00 e R\$ 100,00.

31. Considere o seguinte modelo keynesiano de determinação da renda para uma economia fechada com governo:

$$C = 100 + 0,8Y_d$$

$$T = 0,25Y$$

$$I = 200$$

$$G = 300$$

em que C é o consumo das famílias, Y_d a renda disponível ($Y - T$), T a arrecadação tributária, I o investimento, G os gastos do governo e Y a renda agregada. A renda de equilíbrio e o aumento da renda provocado por uma elevação de 40 nos gastos do governo são, respectivamente,

- a) 3.000 e 200.
- b) 1.500 e 100.
- c) 1.500 e 200.
- d) 1.000 e 100.
- e) 3.000 e 100.

32. Sobre os efeitos de inflação, juros, câmbio e crescimento econômico sobre a arrecadação, a despesa e a dívida pública, é correto afirmar:

- a) Uma elevação da taxa Selic, mantido o resultado primário, reduz o déficit nominal do setor público, pois aumenta o rendimento das disponibilidades financeiras do Tesouro Nacional.
- b) Uma depreciação cambial eleva o estoque da dívida líquida do setor público brasileiro, uma vez que o setor público é devedor líquido em moeda estrangeira.
- c) Receitas cuja elasticidade em relação ao PIB é superior à unidade crescem proporcionalmente mais do que a atividade econômica nas expansões e caem proporcionalmente mais nas recessões, o que reforça o papel do orçamento como estabilizador automático.
- d) A inflação eleva a arrecadação em termos reais, pois os tributos sobre o consumo incidem sobre preços mais altos, ao passo que as despesas públicas, fixadas em termos nominais no orçamento, não são afetadas.
- e) O crescimento real do PIB só reduz a razão dívida/PIB quando acompanhado de superávit nominal, pois o aumento do denominador é sempre compensado pelo aumento do numerador.

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabrizio Dutra

A Fuga da autoridade

Eu estava falando em uma conferência em Nova Iorque durante o verão de 2016 quando descobri o termo “adulterar”. Tomava um drinque em um bar quando vi um jovem na casa dos 30 usando uma camiseta que dizia “Chega de *adulterar* por hoje”. Depois, entrevistei uma mulher cuja camiseta transmitia uma mensagem simples: “*Adulterar* é cruel!”.

Caso você não esteja familiarizado com a palavra, adaptada do inglês “adulterating”, *adulterar* é definido como “a prática de se comportar do modo característico de um adulto responsável, especialmente na realização de tarefas mundanas, mas necessárias”. A palavra é usada para transmitir uma conotação negativa em relação às responsabilidades associadas à vida adulta. E sugere que, dada a oportunidade, qualquer mulher ou homem sensato na casa dos 30 preferiria não *adulterar*, e evitar o papel de um adulto.

A tendência de retratar a vida adulta como uma conquista excepcionalmente difícil que precisa ser ensinada coexiste com uma sensação palpável de desencanto com o status de adulto. Em tudo além do nome a vida adulta se tornou desestabilizada, a ponto de ter se tornado alvo de escárnio e, para muitos, uma identidade indesejada. Não surpreende que *adulterar* seja uma atividade que muitos indivíduos biologicamente maduros só estejam preparados para desempenhar em tempo parcial.

O corolário da idealização do *adulteramento* em regime parcial é o desmantelamento da autoridade adulta. O impacto corrosivo da perda da autoridade adulta no desenvolvimento dos jovens foi uma grande preocupação para a filósofa política Hannah Arendt. Escrevendo nos anos 1950, Arendt chamou atenção para o “colapso gradual da única forma de autoridade” que existiu em “todas as sociedades conhecidas historicamente: a autoridade dos pais sobre filhos, dos professores sobre os alunos e, em geral, dos mais velhos sobre os mais novos”. Setenta anos depois, a desautorização da vida adulta se tornou amplamente celebrada na cultura popular ocidental. Em vez de se preocupar com as consequências da erosão da autoridade adulta, esse desenvolvimento é visto como positivo por partes da mídia, que acreditam que pessoas crescidas têm muito pouco a ensinar às crianças.

(Frank Furedi, revista oeste.com. 24.07.2020. Adaptado)

33. Depreende-se do texto que o emprego do termo “adulterar” evidencia

- a) a valorização das responsabilidades cotidianas como meio de alcançar uma identidade social desejável.
- b) o reconhecimento de que a autoridade adulta depende da superação de tarefas excepcionalmente complexas.
- c) uma resistência às responsabilidades da vida adulta, associada ao enfraquecimento da autoridade dos mais velhos.
- d) a disposição dos adultos para assumir integralmente suas funções, apesar do desencanto com a cultura popular.
- e) uma crítica à falta de preparo dos jovens, aos quais se atribui a perda da autoridade de pais e professores.

34. No desenvolvimento da argumentação, a referência a Hannah Arendt tem a função de

- a) comprovar que a filósofa já identificava no uso da palavra “adulterar” a principal causa do colapso da autoridade.
- b) contrapor uma preocupação anterior com a perda da autoridade adulta à celebração contemporânea desse processo.
- c) demonstrar que a autoridade dos mais velhos se manteve inalterada nas sociedades historicamente conhecidas.
- d) atribuir à filósofa a ideia de que as pessoas crescidas pouco têm a ensinar às crianças.
- e) relativizar a crítica do autor, mediante a apresentação de uma avaliação favorável à recusa das responsabilidades adultas.

35. No trecho “O corolário da idealização do adultamento em regime parcial é o desmantelamento da autoridade adulta”, a relação de sentido estabelecida permite reescrever a passagem, preservando-se o sentido e a correção, da seguinte forma:

- a) A idealização do adultamento em regime parcial decorre do desmantelamento da autoridade adulta.
- b) A idealização do adultamento em regime parcial constitui uma ressalva ao desmantelamento da autoridade adulta.
- c) O desmantelamento da autoridade adulta é uma condição para que se idealize o adultamento em regime parcial.
- d) O desmantelamento da autoridade adulta é uma consequência da idealização do adultamento em regime parcial.
- e) A idealização do adultamento em regime parcial ocorre apesar do desmantelamento da autoridade adulta.

36. No segmento “uma conquista excepcionalmente difícil que precisa **ser ensinada**”, identifica-se uma construção na voz passiva analítica. Essa voz verbal também ocorre em:

- a) Depois de tantas responsabilidades, o jovem parecia cansado da rotina adulta.
- b) Diante das críticas dos mais velhos, o rapaz permanecia calado durante a reunião.
- c) As responsabilidades da vida adulta devem ser assumidas pelos mais jovens.
- d) Muitos adultos se queixam das exigências impostas pela vida cotidiana.
- e) A cultura contemporânea tem apresentado a maturidade como uma condição indesejável.

37. No período “A palavra é usada **para** transmitir uma conotação negativa em relação às responsabilidades associadas à vida adulta”, a oração introduzida pela preposição destacada expressa ideia de

- a) causa.
- b) consequência.
- c) condição.
- d) finalidade.
- e) concessão.

38. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente observadas na frase:

- a) A recusa das responsabilidades e a desvalorização da maturidade contribui para o enfraquecimento da autoridade adulta.
- b) Devem haver, entre os mais jovens, diferentes percepções acerca das responsabilidades próprias da vida adulta.
- c) A valorização das experiências dos mais velhos pode tornar menos conflituosas as relações entre as gerações.
- d) São necessárias, para o exercício da autoridade, que os adultos assumam suas responsabilidades cotidianas.
- e) O desenvolvimento dos jovens e a transmissão de valores depende do diálogo entre as diferentes gerações.

39. O emprego do pronome relativo e a regência verbal estão em conformidade com a norma-padrão em:

- a) As responsabilidades de que muitos adultos procuram esquivar-se integram a vida em sociedade.
- b) A autoridade de que o autor se refere tem sido desvalorizada pela cultura contemporânea.
- c) Os valores dos quais os jovens devem refletir nem sempre são transmitidos pelos mais velhos.
- d) As experiências a que os adultos dispõem podem contribuir para a formação das novas gerações.
- e) Os princípios cujos os professores recorrem devem orientar sua relação com os alunos.

40. A colocação do pronome oblíquo está em conformidade com a norma-padrão em:

- a) Embora reconheça-se a importância da maturidade, muitos adultos resistem às responsabilidades que ela impõe.
- b) Os adultos não devem eximir-se das responsabilidades que lhes cabem na formação dos jovens.

c) A cultura contemporânea frequentemente apresenta-se como defensora da recusa das obrigações adultas.

d) Os jovens que mostram-se dispostos a ouvir os mais velhos podem ampliar sua compreensão do mundo.

e) Jamais deveria-se confundir o exercício da autoridade com a imposição arbitrária de vontades.

41. A correlação entre os tempos e os modos verbais está plenamente adequada na frase:

a) Se os adultos reconhecessem a importância de sua experiência, poderão contribuir mais efetivamente para a formação dos jovens.

b) Caso os mais velhos assumam suas responsabilidades, teriam oferecido referências mais consistentes às novas gerações.

c) Se a sociedade valorizasse o diálogo entre as gerações, os jovens dispusessem de melhores referências para enfrentar a vida adulta.

d) Se os adultos compreendessem o alcance de sua influência, exerceriam a autoridade com maior responsabilidade.

e) Quando os jovens reconhecerem o valor da experiência, poderiam distinguir com mais clareza autoridade de autoritarismo.

42. A frase em que o emprego da vírgula está **INCORRETO** é:

a) Ao tratar a maturidade como um fardo, a cultura contemporânea contribui para a desvalorização da experiência.

b) Os adultos que se recusam a assumir suas responsabilidades, enfraquecem as referências oferecidas aos jovens.

c) A autoridade adulta, quando exercida com responsabilidade, favorece o diálogo entre as gerações.

d) Muitos adultos desejam preservar a liberdade da juventude, mas precisam assumir os deveres próprios da maturidade.

e) A transmissão de experiências exige, além de disposição para ensinar, abertura para ouvir os mais jovens.

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Eduardo Mocellin*

43. Um órgão estadual contratou um financiamento que será quitado em 60 prestações mensais e consecutivas, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), à taxa de juros compostos de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data da contratação. Sabe-se que o valor da primeira prestação é igual a R\$ 11.000,00.

O valor da 25ª prestação é igual a

- a) R\$ 7.400,00
- b) R\$ 8.500,00
- c) R\$ 8.600,00
- d) R\$ 8.700,00
- e) R\$ 18.920,00

44. Um capital foi aplicado, durante 9 meses, a uma taxa nominal de 24% ao ano, com capitalização trimestral, rendendo juros de R\$ 4.775,40. Ao final desse prazo, todo o montante foi reaplicado, durante 2 meses, a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês.

O total de juros obtido nas duas aplicações, ao longo dos 11 meses, foi igual a

- a) R\$ 4.775,40
- b) R\$ 5.370,91
- c) R\$ 5.966,42
- d) R\$ 5.978,33
- e) R\$ 30.978,33

45. Um título foi descontado 5 meses antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto racional simples, a uma taxa de 5% ao mês, gerando um desconto de R\$ 3.600,00. Considere a taxa mensal de desconto que, numa operação de desconto comercial simples com o mesmo prazo, resultaria no mesmo valor atual.

Essa taxa mensal de desconto comercial simples e o valor nominal do título são, respectivamente,

- a) 4,00% e R\$ 18.000,00
- b) 4,00% e R\$ 14.400,00
- c) 5,00% e R\$ 18.000,00
- d) 6,25% e R\$ 14.400,00
- e) 6,25% e R\$ 18.000,00

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

46. Uma unidade da Administração Pública registrou o número de dias necessários para concluir seis processos administrativos de mesma natureza, obtendo os seguintes resultados:

2, 2, 2, 6, 6, 6, 10 e 10 dias.

Para analisar a dispersão dos tempos, um servidor calculou a média aritmética, a variância populacional e o coeficiente de variação, definido como a razão entre o desvio padrão populacional e a média aritmética, multiplicada por 100.

Os valores obtidos para a média, a variância populacional e o coeficiente de variação são, respectivamente,

Dado: $\sqrt{39} \approx 6,25$

- a) 5,5 dias; 9,75 dias²; aproximadamente 56,8%.
- b) 5,5 dias; 10,75 dias²; aproximadamente 59,6%.
- c) 5 dias; 10 dias²; aproximadamente 63,2%.
- d) 5,5 dias; 9,75 dias²; aproximadamente 54,5%.
- e) 5,5 dias; 8 dias²; aproximadamente 51,4%.

47. Em determinado órgão público, 25% dos relatórios submetidos a um sistema automatizado apresentam inconsistências. O sistema identifica corretamente 80% dos relatórios inconsistentes.

Cinco relatórios são selecionados independentemente, sob as mesmas condições probabilísticas. A probabilidade de um relatório apresentar inconsistência e ser corretamente sinalizado é igual a 20%.

A probabilidade de que, entre os cinco relatórios selecionados, exatamente dois apresentem inconsistências e sejam corretamente sinalizados é igual a

- a) 10,24%.
- b) 16,00%.
- c) 20,48%.
- d) 25,60%
- e) 40,96%

48. Uma secretaria estadual pretende estimar o tempo de processamento de solicitações administrativas em função da quantidade de documentos analisados. Em uma amostra de quatro unidades, foram obtidos os seguintes dados:

Unidade	Quantidade de documentos (x)	Tempo de processamento (y , em minutos)
1	1	3
2	2	5
3	3	5
4	4	7

Foi ajustado um modelo de regressão linear simples, com intercepto, pelo método dos mínimos quadrados:

$$\hat{y} = a + bx$$

O coeficiente angular é calculado por:

$$b = \frac{\sum(x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sum(x_i - \bar{x})^2}$$

O coeficiente de determinação é dado por $R^2 = r^2$, em que r é o coeficiente de correlação linear de Pearson.

Os valores do coeficiente angular b , do intercepto a e do coeficiente de determinação R^2 são, respectivamente,

- a) 1,2; 2; 80%
- b) 1,2; 2; 90%
- c) 1; 2,5; 80%
- d) 1,2; 1,5; 90%
- e) 1; 2; 75%

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Luciana Marinho*

Acerca do assunto Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, julgue o item que se segue.

49. Em audiência pública promovida pela Secretaria de Planejamento de determinado Estado, discutiu-se o papel de cada uma das leis que compõem o sistema orçamentário previsto no art. 165 da Constituição Federal, aplicável aos Estados em razão do princípio da simetria. Foram feitas as seguintes afirmações:

- I. O plano plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- II. A lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.
- III. A lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas em que o ente detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, não podendo conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvada, entre outras, a autorização para abertura de créditos suplementares.
- IV. Os planos e programas setoriais e regionais previstos na Constituição são elaborados em consonância com a lei de diretrizes orçamentárias, que ocupa o topo da hierarquia do sistema orçamentário.

À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

Acerca do assunto Créditos adicionais, julgue o item que se segue.

50. Ao longo do exercício financeiro, a Secretaria da Fazenda de determinado Estado verificou que a dotação de um programa em execução se tornou insuficiente e que seria necessário iniciar uma ação nova, para a qual a lei orçamentária anual não consignou nenhuma dotação específica. Para custear essas despesas, a Secretaria identificou os seguintes recursos: superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; excesso de arrecadação do ICMS, considerada a tendência do exercício; e anulação parcial de dotações de outro programa. A LOA contém autorização ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares até determinado limite.

À luz da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A ação nova, por não ter dotação específica, deve ser atendida por crédito suplementar, bastando a autorização genérica da LOA, o que dispensa lei específica.
- b) O excesso de arrecadação corresponde ao saldo positivo entre a arrecadação realizada e a prevista no último mês do período, desconsiderada a tendência do exercício.
- c) Os três recursos são admitidos como fonte para créditos suplementares e especiais, desde que não comprometidos; a dotação insuficiente é reforçada por crédito suplementar e a ação nova, sem dotação específica, demanda crédito especial, ambos condicionados a prévia autorização legislativa e a exposição justificativa.
- d) A anulação de dotações orçamentárias dispensa autorização legislativa, por se tratar de remanejamento interno de recursos, matéria de competência do Poder Executivo.
- e) O superávit financeiro que pode lastrear créditos adicionais é o apurado no exercício em curso, com base no balanço do último trimestre.

Acerca do assunto Estágios da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento, julgue o item que se segue.

51. A Secretaria de Administração de determinado Estado celebrou contrato de prestação de serviços de limpeza, com vigência de doze meses e pagamentos mensais de valor fixo. Contratou também o fornecimento de energia elétrica para as repartições, cujo valor mensal não pode ser previamente determinado, pois depende do consumo, e adquiriu, em compra imediata, material de expediente, a ser entregue em remessa única.

À luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa que indica, respectivamente, as modalidades de empenho dessas três despesas e a regra aplicável ao pagamento.

- a) Por estimativa, global e ordinário; a liquidação é dispensável nas despesas contratuais, bastando o empenho.
- b) Global, por estimativa e ordinário; o pagamento somente pode ser efetuado após a regular liquidação, que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.
- c) Ordinário, global e por estimativa; a liquidação consiste na emissão da nota de empenho.
- d) Global, ordinário e por estimativa; a liquidação ocorre após o pagamento, para fins de regularização contábil.
- e) Por estimativa, ordinário e global; a ordem de pagamento deve preceder a liquidação.

Acerca do assunto Restos a Pagar, julgue o item que se segue.

52. Em 31 de dezembro, o Estado Z apresentava as seguintes despesas empenhadas no exercício, mas ainda não pagas: (I) serviços de consultoria integralmente prestados, atestados e liquidados, que aguardavam apenas o pagamento; (II) obra rodoviária em andamento, cujo empenho não havia sido liquidado, pois a etapa correspondente ainda não fora concluída; e (III) fornecimento de medicamentos contratado e empenhado, cuja entrega só ocorreria no exercício seguinte.

Em relação a essas despesas, à luz da Lei nº 4.320/1964, assinale a alternativa correta.

- a) As três despesas pertencem ao exercício em que foram empenhadas e constituem restos a pagar: a primeira, processada, e as duas últimas, não processadas.
- b) Somente a despesa I constitui resto a pagar, pois apenas a despesa liquidada gera obrigação exigível; as demais devem ser canceladas em 31 de dezembro.
- c) As despesas II e III são restos a pagar processados, pois dependem de ato posterior do credor, e a I é resto a pagar não processado, por já estar liquidada.
- d) As três despesas pertencem ao exercício seguinte, em razão do regime de competência, que a Lei nº 4.320/1964 adota para a despesa pública.
- e) Os restos a pagar inscritos serão pagos à conta das dotações orçamentárias do exercício seguinte, razão pela qual reduzem os créditos disponíveis desse exercício.

Acerca do assunto Classificação da despesa orçamentária por categoria econômica, julgue o item que se segue.

53. Ao classificar, por categoria econômica, as despesas realizadas por determinado Estado, a Secretaria da Fazenda considerou os seguintes pagamentos:

- I. aquisição de veículos para a frota da Secretaria de Segurança Pública;
- II. pagamento de juros e encargos da dívida contratual;
- III. amortização do principal da dívida contratual;
- IV. aquisição de combustível e de material de expediente para as repartições;
- V. aquisição de ações de empresa já constituída, sem que a operação importe aumento de capital;
- VI. transferência de recursos a município, por convênio, destinada à execução de obra de saneamento.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, são classificadas como despesas de capital APENAS as indicadas em:

- a) I, III e V.
- b) II, III e VI.
- c) I, II, IV e VI.
- d) I, III e VI.
- e) I, III, V e VI.

Acerca do assunto Programação financeira e limitação de empenho (LRF), julgue o item que se segue.

54. Ao final do segundo bimestre, o Poder Executivo de determinado Estado constatou que a realização da receita não comportaria o cumprimento da meta de resultado primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias. Diante disso, os Poderes e o Ministério Público promoveram a limitação de empenho e de movimentação financeira. Posteriormente, a receita prevista foi parcialmente restabelecida.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A limitação deve ser imposta pelo Poder Executivo aos demais Poderes e ao Ministério Público, por decreto único, que fixará livremente os valores a serem contingenciados.
- b) Podem ser objeto de limitação as despesas com o serviço da dívida e as obrigações constitucionais e legais do ente, por serem as de maior vulto.
- c) A limitação deve ser promovida por ato próprio de cada Poder e do Ministério Público, nos trinta dias subsequentes ao bimestre, segundo os critérios da LDO; não alcança as obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive o serviço da dívida; e, restabelecida a receita, ainda que parcialmente, a recomposição das dotações se dá de forma proporcional às reduções efetivadas.
- d) Com o restabelecimento parcial da receita, a recomposição das dotações limitadas deve priorizar os investimentos, a critério do Poder Executivo, sem necessidade de proporcionalidade.
- e) A limitação de empenho só é cabível quando a receita não comportar o cumprimento da meta de resultado nominal, sendo irrelevante a meta de resultado primário.

Acerca do assunto Classificação programática da despesa, julgue o item que se segue.

55. Ao revisar a estrutura programática da lei orçamentária anual, a Secretaria de Planejamento de determinado Estado classificou as seguintes ações orçamentárias, segundo os conceitos da Portaria MOG nº 42/1999:

- I. manutenção dos serviços administrativos da Secretaria de Saúde, de caráter contínuo e permanente;
- II. construção de hospital regional, com início e fim definidos, da qual resulta produto que amplia a ação de governo;
- III. pagamento do serviço da dívida pública, que não gera produto nem contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- IV. ampliação e modernização do centro de processamento de dados do Estado, com prazo determinado.

As ações I, II, III e IV classificam-se, respectivamente, como:

- a) projeto, atividade, atividade e projeto.
- b) atividade, projeto, operação especial e projeto.
- c) atividade, atividade, operação especial e projeto.
- d) atividade, projeto, projeto e operação especial.
- e) operação especial, projeto, atividade e atividade.

Acerca do assunto Regime de adiantamento e disponibilidades de caixa, julgue o item que se segue.

56. Determinada Secretaria de Estado precisou realizar despesas urgentes e de pequeno vulto, que não puderam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Para isso, entregou numerário a servidor, mediante empenho prévio na dotação própria. Em paralelo, a Secretaria da Fazenda discutiu em que instituições devem ser depositadas as disponibilidades de caixa do Estado, de suas autarquias e das empresas por ele controladas.

Acerca do regime de adiantamento (suprimento de fundos) e das disponibilidades de caixa, assinale a alternativa correta.

- a) O regime de adiantamento dispensa o empenho prévio, em razão da urgência, devendo o empenho ser regularizado por ocasião da prestação de contas do servidor.
- b) As disponibilidades de caixa dos Estados e das empresas por eles controladas devem ser depositadas obrigatoriamente no Banco Central do Brasil.
- c) Os Estados podem depositar livremente suas disponibilidades de caixa em instituições financeiras privadas, a critério do Secretário da Fazenda, sem necessidade de previsão legal.
- d) O regime de adiantamento aplica-se a despesas expressamente definidas em lei, é sempre precedido de empenho na dotação própria e não se fará a servidor em alcance nem a responsável por dois adiantamentos; as disponibilidades de caixa do Estado e das entidades por ele controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
- e) O regime de adiantamento pode ser utilizado livremente para qualquer despesa que o gestor considere urgente, e o numerário pode ser entregue a servidor que já responda por dois adiantamentos.

CONTABILIDADE GERAL*Silvio Sande*

57. A Cia. Taubaté está respondendo a processos em diversas áreas. Em 31/12/20123, apresentava as seguintes informações sobre seus processos, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	500.000	Provável
Fiscal I	400.000	Provável
Cível	200.000	Possível

Para o fechamento do Balanço Patrimonial em 31/12/2024, a Cia. reavaliou os processos nos quais estava envolvida e# obteve as seguintes informações, com valores em reais:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Trabalhista I	600.000	Provável
Fiscal I	200.000	Provável
Fiscal II	300.000	Possível
Cível	420.000	Provável
Ambiental	150.000	Remota

O valor evidenciado no balanço patrimonial da empresa enrolada correspondentes às provisões, foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 720.000,00.
- c) 800.000,00.
- d) 1.100.000,00.
- e) 1.220.000,00.

58. As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2024 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4%a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3%a.m.	4.200.000,00

O valor que será reconhecido no balanço patrimonial em 31/12/2024 referente às três aplicações, foi em reais,

- a) 10.000.000,00.
- b) 10.400.000,00
- c) 10.660.000,00
- d) 10.760.000,00.
- e) 10.840.000,00.

59. A empresa São Bernardo S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa São Bernardo S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa São Bernardo S.A. teria recebido R\$188.500,00. Com base nestas informações, é correto afirmar que a empresa São Bernardo S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

60. A Cia. BONSUCESSO reconheceu, durante o ano de 2025, vendas brutas no valor total de R\$ 5.000.000,00. As seguintes informações adicionais são conhecidas sobre fatos ocorridos no mesmo ano:

- Devoluções de vendas.....R\$ 850.000,00
- Abatimentos sobre vendas.....R\$ 320.000,00
- Comissões sobre as vendas realizadas.....R\$ 500.000,00
- Frete para entrega das vendas realizadas.....R\$ 50.000,00
- Impostos sobre vendas.....R\$ 1000.000,00
- Estimativa para perdas com créditos de liquidação duvidosaR\$ 180.000,00
- Recuperação de créditos com clientes.....R\$ 30.000,00

Sabendo que o custo das mercadorias vendidas foi R\$ 1.800.000,00, a Receita Líquida de vendas e o Lucro Bruto (Resultado com Mercadorias) apurados pela Cia. BONSUCESSO, no ano de 2025, foram, respectivamente, em reais,

- a) 2.720.000,00 e 960.000,00.
- b) 2.830.000,00 e 1.030.000,00.
- c) 2.720.000,00 e 1.320.000,00.
- d) 2.830.000,00 e 1.260.000,00.
- e) 2.830.000,00 e 1.110.000,00.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

61. Considere a classificação por fonte ou destinação de recursos padronizada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 20/2021 e, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, pela Portaria STN nº 710/2021. De acordo com essas normas, tem-se que

- a) a codificação da fonte ou destinação de recursos é composta de 4 dígitos, em que o primeiro identifica a categoria econômica da receita que deu origem ao recurso.
- b) o intervalo de 000 a 499 é reservado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com tabela definida pela STN, e o de 500 a 999, à União, com tabela definida pela SOF.
- c) a fonte ou destinação de recursos é o agrupamento de receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa, com codificação de 3 dígitos,

e o intervalo de 500 a 999 é reservado aos entes subnacionais.

- d) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem incluir novos códigos no Anexo I da Portaria STN nº 710/2021 por ato próprio, dispensada a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional.
- e) no envio das informações pela Matriz de Saldos Contábeis, o primeiro dígito do código identifica o exercício do recurso, sendo 1 para recursos de exercícios anteriores e 2 para recursos do exercício corrente.

62. A Secretaria da Fazenda do Estado fictício de Vega apresentou as seguintes informações referentes ao exercício financeiro de 2025:

Receita orçamentária realizada	R\$ 9.900.000,00
Despesa orçamentária empenhada	R\$ 10.000.000,00
Despesa orçamentária liquidada	R\$ 9.500.000,00
Despesa orçamentária paga	R\$ 9.200.000,00
Transferências financeiras recebidas	R\$ 700.000,00
Transferências financeiras concedidas	R\$ 500.000,00
Cauções recebidas em dinheiro	R\$ 150.000,00
Devolução de cauções	R\$ 50.000,00
Pagamento de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	R\$ 400.000,00
Aplicação em investimentos de curto prazo sujeitos a variações significativas de valor	R\$ 300.000,00
Saldo do exercício anterior	R\$ 1.200.000,00

Sabendo-se que todas as despesas empenhadas e não pagas até 31/12/2025 foram inscritas em restos a pagar, o Saldo para o Exercício Seguinte evidenciado no Balanço Financeiro de 2025, elaborado de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), foi, em reais, de

- a) 1.900.000,00.
- b) 700.000,00.
- c) 1.800.000,00.
- d) 1.500.000,00.
- e) 1.000.000,00.

63. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), em relação aos procedimentos contábeis aplicados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no que se refere aos déficits previdenciários e à segregação da massa, tem-se que

- a) os déficits atuariais correspondem a insuficiências financeiras presentes para o pagamento dos benefícios previdenciários de cada mês, enquanto os déficits financeiros consideram os fluxos de exercícios futuros, analisados a valor presente.
- b) o Fundo em Repartição é padrão e obrigatório para todos os entes, ao passo que o Fundo em Capitalização somente existirá no caso de o ente optar pela segregação da massa de segurados.
- c) os aportes mensais com valores preestabelecidos, destinados à cobertura do déficit atuarial, são repassados pelo ente ao RPPS como transferência financeira, sem execução orçamentária.
- d) a segregação da massa será considerada implementada a partir da aprovação da avaliação atuarial pelo conselho do RPPS, dispensada a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos.
- e) a transferência de recursos do ente ao RPPS para a cobertura de déficit financeiro não gera execução orçamentária no ente, uma vez que o próprio RPPS, integrante do OFSS do ente, já registra a despesa com os benefícios.

64. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), Parte II, Procedimentos Contábeis Patrimoniais, em relação ao reconhecimento e à mensuração do ativo imobilizado, tem-se que

- a) no caso de transferência de ativos, o valor a atribuir deve ser o valor contábil líquido constante dos registros da entidade de origem, e eventual divergência com o critério fixado no instrumento de autorização deve ser evidenciada em notas explicativas.
- b) os ativos imobilizados obtidos a título gratuito devem ser registrados pelo valor contábil líquido constante dos registros do doador, vedada a utilização de avaliação obtida com base em procedimentos técnicos.
- c) os custos da manutenção periódica do item, como mão de obra e produtos consumíveis, devem ser reconhecidos no valor contábil do ativo imobilizado, desde que possam ser mensurados com segurança.
- d) os ativos de infraestrutura, quando não houver evidência disponível para determinar o seu valor de mercado, devem ser mensurados pelo custo histórico atualizado monetariamente, vedada a estimativa do valor justo.
- e) o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos bens do patrimônio cultural são obrigatórios, ainda que tais bens não gerem benefícios econômicos nem potencial de serviços além do seu valor cultural.

DIREITO FINANCEIRO*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Competência legislativa em matéria financeira e orçamentária, julgue o item que se segue.

65. A Assembleia Legislativa de determinado Estado analisa projeto de lei estadual que disciplina matérias de direito financeiro e de orçamento no âmbito da administração estadual. Parlamentares divergem sobre a competência do Estado para legislar sobre o tema, sobretudo diante da existência da Lei nº 4.320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A matéria é de competência privativa da União, razão pela qual os Estados não podem legislar sobre direito financeiro e orçamento, ainda que mediante delegação.
- b) A competência é concorrente, mas a superveniência de norma geral federal revoga definitivamente a lei estadual, ainda que esta não lhe seja contrária.
- c) A competência é exclusiva dos Estados, pois o orçamento estadual é expressão da autonomia financeira do ente, sendo vedada a edição de normas gerais pela União.
- d) A competência é concorrente entre União, Estados e Municípios, cabendo aos Municípios a edição de normas gerais, que os Estados deverão observar.
- e) A competência é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal: à União cabe estabelecer normas gerais e aos Estados, suplementá-las; inexistindo lei federal de normas gerais, os Estados exercem a competência legislativa plena, e a superveniência de lei federal suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário.

Acerca do assunto Repartição de receitas tributárias, julgue o item que se segue.

66. O Município Y, situado no Estado X, questionou a Secretaria da Fazenda estadual sobre os critérios de repartição de receitas tributárias. O Estado X arrecadou ICMS e IPVA, pagou rendimentos a seus servidores com retenção do imposto de renda na fonte e recebeu recursos de fundos de participação da União.

Segundo a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O Estado pode reter ou restringir livremente a entrega ao Município da parcela do ICMS que lhe cabe, sempre que entender conveniente, em razão da autonomia financeira estadual.
- b) Pertencem aos Municípios 100% do IPVA dos veículos licenciados em seu território e 50% do ICMS, por serem impostos arrecadados no âmbito local.
- c) Pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do IPVA dos veículos licenciados em seus territórios e 25% do produto da arrecadação do ICMS; o imposto de renda retido na fonte pelo Estado sobre rendimentos que ele paga pertence ao próprio Estado.
- d) O imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos pelo Estado a seus servidores pertence à União, que o institui e o arrecada, cabendo aos Estados apenas parcela do fundo de participação.
- e) Os recursos recebidos pelo Estado a título de FPE pertencem integralmente a ele, sendo vedado o compartilhamento com os Municípios de qualquer parcela de transferências federais.

Acerca do assunto Despesa obrigatória de caráter continuado (LRF), julgue o item que se segue.

67. O Governador de determinado Estado encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei que concede aumento real e permanente a determinada categoria de servidores, criando despesa corrente derivada de lei, cuja execução será obrigatória por período superior a dois exercícios. O projeto veio acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrará em vigor e nos dois seguintes e da declaração do ordenador da despesa quanto à adequação orçamentária e financeira. Nada constou, porém, sobre a origem dos recursos nem sobre a compensação dos efeitos financeiros da medida nos períodos seguintes.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A medida não configura despesa obrigatória de caráter continuado, pois essa categoria alcança apenas despesas de capital derivadas de lei com duração superior a um exercício.
- b) A medida configura despesa obrigatória de caráter continuado e deve demonstrar a origem dos recursos e comprovar que não afetará as metas de resultados fiscais, com seus efeitos compensados nos períodos seguintes por aumento permanente de receita ou redução permanente de despesa; sem isso, a despesa é considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público.
- c) A estimativa de impacto e a declaração do ordenador de despesa são suficientes, dispensando-se a comprovação de que a despesa não afetará as metas fiscais e a indicação de medidas de compensação.
- d) A compensação dos efeitos financeiros pode ser feita com receitas extraordinárias não recorrentes, como as decorrentes da alienação de patrimônio público, desde que obtidas no exercício.
- e) Por se tratar de despesa com pessoal, a exigência de demonstrar a origem dos recursos é afastada, aplicando-se exclusivamente os limites da despesa total com pessoal do art. 19.

Acerca do assunto Operações de crédito e antecipação de receita orçamentária (ARO), julgue o item que se segue.

68. No terceiro ano do mandato do Governador de determinado Estado, a Secretaria da Fazenda estuda duas medidas de financiamento: contratar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO), para atender a insuficiência de caixa durante o exercício, e contratar operação de crédito de longo prazo, cujo produto seria utilizado para custear despesas correntes. Há controvérsia na equipe sobre as condições e as vedações aplicáveis.

Com base na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) A ARO pode ser contratada em qualquer data do exercício, desde que liquidada até 31 de dezembro, e pode ser renovada sucessivamente, ainda que haja operação anterior não resgatada.
- b) A ARO é vedada no terceiro ano de mandato, sendo permitida apenas no primeiro e no segundo anos, para evitar o comprometimento de gestões futuras.
- c) É admitida a cobrança, na ARO, de comissões e outros encargos além dos juros, desde que previstos em contrato e compatíveis com os praticados no mercado.
- d) A ARO somente pode ser contratada a partir do décimo dia do início do exercício, deve ser liquidada, com juros e demais encargos, até 10 de dezembro e é vedada enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada, bem como no último ano de mandato; a operação de longo prazo para custear despesas correntes encontra obstáculo na regra que veda operações de crédito em montante superior ao das despesas de capital.
- e) A Constituição admite operações de crédito de qualquer montante para custear despesas correntes, desde que previstas na lei orçamentária anual, sem outras condicionantes.

FINANÇAS PÚBLICAS*Amanda Aires*

69. No âmbito da teoria do federalismo fiscal e das transferências intergovernamentais, é correto afirmar:

- a) Segundo o Teorema da Descentralização de Oates, a provisão centralizada de bens públicos é sempre mais eficiente que a descentralizada, pois explora economias de escala e elimina as externalidades entre jurisdições.
- b) O efeito *flypaper* indica que uma transferência incondicional estimula o gasto do ente receptor na mesma proporção que um aumento equivalente da renda privada de seus residentes.
- c) Na abordagem de Musgrave, a função alocativa deve caber preferencialmente ao governo central, e as funções distributiva e estabilizadora devem caber aos governos subnacionais.
- d) As transferências condicionadas com contrapartida (*matching grants*) reduzem o preço relativo do bem subsidiado para o ente receptor e geram efeito-substituição além do efeito-renda. As transferências incondicionadas produzem, em tese, apenas efeito-renda.
- e) O desequilíbrio fiscal vertical é a disparidade de capacidade de arrecadação entre entes de mesmo nível de governo, como entre municípios de uma mesma região.

70. De acordo com as regras de repartição das receitas tributárias previstas na Constituição Federal de 1988, pertencem aos Municípios:

- a) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- b) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) licenciados em seus territórios.

c) a totalidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural (ITR), em qualquer hipótese, relativo aos imóveis neles situados.

d) 30% do produto da arrecadação do IOF incidente sobre o ouro definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, cabendo os 70% restantes aos Estados de origem.

e) a parcela do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos pelos Municípios, que deve ser integralmente repassada à União para compor o Fundo de Participação dos Municípios.

71. Sobre a mensuração da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) no Brasil pelos critérios “acima da linha” e “abaixo da linha”, é correto afirmar:

a) O critério “acima da linha” é o adotado oficialmente pelo Banco Central do Brasil e apura o resultado fiscal pela variação do endividamento líquido do setor público.

b) Pelo critério “abaixo da linha”, a NFSP é obtida pela variação da dívida líquida do setor público no período, razão pela qual é também chamado de critério de financiamento. Esse critério não permite identificar a origem do resultado por item de receita e despesa.

c) O critério “abaixo da linha” discrimina detalhadamente as receitas e despesas que geraram o resultado e, por isso, é o mais adequado para avaliar a qualidade do ajuste fiscal.

d) Por definição contábil, os dois critérios sempre produzem resultados idênticos, e não há discrepância estatística entre eles.

e) A apuração da NFSP abrange as instituições financeiras públicas, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, e as empresas Petrobras e Eletrobras.

72. Considere os seguintes dados hipotéticos das contas consolidadas de um setor público, em R\$ bilhões, referentes a determinado exercício:

Item	Valor
Receitas não financeiras	1.200
Despesas não financeiras	1.150
Juros nominais sobre a dívida líquida	400
Atualização monetária e cambial da dívida	250

Com base nesses dados, o setor público apresentou, respectivamente, resultado primário, resultado operacional e resultado nominal de:

- a) déficit de 50; déficit de 100; déficit de 450.
- b) superávit de 50; superávit de 100; déficit de 350.
- c) superávit de 50; déficit de 100; déficit de 350.
- d) superávit de 50; déficit de 150; déficit de 400.
- e) déficit de 50; déficit de 200; déficit de 350.

FLUÊNCIA DE DADOS

Emannuelle Gouveia

73. Uma organização recebe dados de um sistema de vendas em tabelas relacionais, registros de aplicações em arquivos JSON e imagens enviadas por clientes. Considerando a organização e a representação desses dados, a classificação adequada é apresentada em

- a) estruturados para as tabelas relacionais, semiestruturados para os arquivos JSON e não estruturados para as imagens.
- b) estruturados para as tabelas relacionais, não estruturados para os arquivos JSON e semiestruturados para as imagens.
- c) semiestruturados para as tabelas relacionais, estruturados para os arquivos JSON e não estruturados para as imagens.
- d) não estruturados para as tabelas relacionais, semiestruturados para os arquivos JSON e estruturados para as imagens.

e) estruturados para as tabelas relacionais e para os arquivos JSON, pois ambos apresentam obrigatoriamente esquemas rígidos, e semiestruturados para as imagens.

74. Durante a aplicação da metodologia CRISP-DM, uma equipe identifica, na fase de modelagem, que os dados disponíveis não apresentam qualidade suficiente para alcançar os resultados esperados. A medida compatível com o ciclo de aplicação dessa metodologia consiste em

- a) avançar diretamente para a implantação, pois a metodologia estabelece uma sequência linear de fases que não admite revisões.
- b) reiniciar obrigatoriamente todo o projeto pela fase de compreensão do negócio, descartando os resultados obtidos nas etapas anteriores.
- c) realizar a avaliação final dos modelos, pois os problemas de qualidade dos dados devem ser corrigidos exclusivamente após a conclusão da modelagem.
- d) retornar à fase de preparação dos dados para realizar os ajustes necessários e, posteriormente, retomar a modelagem, respeitando o caráter iterativo da metodologia.
- e) substituir a fase de preparação dos dados pela implantação, uma vez que o tratamento de inconsistências ocorre durante a utilização dos modelos em produção.

75. Uma organização pretende modernizar sua arquitetura de dados, mantendo informações históricas organizadas para análises gerenciais e, simultaneamente, permitindo o armazenamento de dados brutos para aplicações de ciência de dados. A respeito das arquiteturas de armazenamento e análise, assinale a alternativa correta.

- a) O Data Warehouse é destinado exclusivamente ao armazenamento de dados brutos, sem necessidade de integração ou tratamento prévio, enquanto o Data Lake exige a organização dos dados em esquemas relacionais rígidos antes do armazenamento.
- b) O Data Mart constitui um repositório independente de qualquer finalidade analítica, projetado para substituir bancos de dados transacionais e executar operações de inserção e atualização em tempo real.
- c) O Data Lakehouse elimina a necessidade de mecanismos de governança e controle de qualidade, pois a integração entre diferentes formatos de dados garante automaticamente sua consistência.
- d) O Data Warehouse e o Data Lake possuem obrigatoriamente a mesma estrutura de armazenamento, diferenciando-se apenas pela quantidade de dados que conseguem processar.
- e) O Data Lakehouse combina características do Data Lake e do Data Warehouse, permitindo armazenar dados em diferentes formatos e incorporar recursos de gerenciamento, controle transacional e análise de dados em uma arquitetura integrada.

76. Uma aplicação precisa armazenar informações de produtos que apresentam atributos variáveis conforme suas categorias, sem exigir alterações frequentes em uma estrutura rígida de tabelas. Entre os modelos de bancos de dados NoSQL, a alternativa mais adequada para essa necessidade é

- a) o modelo orientado a grafos, que organiza os dados exclusivamente em tabelas relacionadas por chaves estrangeiras, permitindo a inclusão dinâmica de atributos.

- b) o modelo orientado a documentos, que armazena informações em documentos com estruturas flexíveis, permitindo que registros de uma mesma coleção apresentem diferentes atributos.
- c) o modelo chave-valor, que exige a definição prévia de colunas fixas e relacionamentos entre tabelas para armazenar informações heterogêneas.
- d) o modelo orientado a colunas, que impede a inclusão de novos atributos após a criação do banco de dados, garantindo a padronização dos registros.
- e) o modelo relacional distribuído, que constitui uma categoria de NoSQL caracterizada pela obrigatoriedade de esquemas rígidos e pela utilização exclusiva da linguagem SQL.

77. Um sistema de atendimento automatizado precisa identificar a intenção dos usuários em mensagens escritas, mesmo quando diferentes expressões são utilizadas para formular solicitações semelhantes. Para atender a essa necessidade, uma aplicação de Processamento de Linguagem Natural (PLN) pode utilizar

- a) modelos de classificação de intenções que analisam padrões linguísticos e representações semânticas das mensagens, permitindo reconhecer solicitações semelhantes mesmo quando apresentam palavras diferentes.
- b) técnicas de reconhecimento óptico de caracteres (OCR), responsáveis por identificar automaticamente o significado de mensagens textuais e determinar a intenção dos usuários a partir da formatação dos caracteres.
- c) algoritmos de compressão de dados, que reduzem o tamanho das mensagens e identificam sua intenção por meio da quantidade de caracteres presentes no texto.
- d) mecanismos de análise sintática que dispensam qualquer interpretação semântica e garantem a identificação correta da intenção apenas pela posição das palavras nas frases.
- e) procedimentos de tokenização que, isoladamente, classificam a intenção das mensagens ao dividir o texto em unidades menores, sem necessidade de análise contextual ou modelos adicionais.

78. Um órgão público pretende utilizar um modelo de linguagem de grande escala (LLM) para auxiliar na elaboração de respostas a consultas administrativas. Considerando o funcionamento desses modelos e os cuidados necessários à sua utilização, a medida tecnicamente adequada consiste em

- a) utilizar o modelo como fonte definitiva de informações, pois seu treinamento com grandes volumes de textos garante a precisão factual das respostas produzidas.
- b) restringir a utilização do modelo à reprodução literal dos textos presentes em seus dados de treinamento, uma vez que os LLMs não possuem capacidade de gerar novas combinações linguísticas.
- c) fornecer ao modelo informações relevantes de fontes confiáveis e estabelecer procedimentos de verificação das respostas, considerando que a geração de textos pode produzir conteúdos plausíveis, mas factualmente incorretos.
- d) eliminar a necessidade de revisão humana mediante o aumento do número de parâmetros do modelo, pois modelos maiores são imunes à geração de informações inexistentes.
- e) considerar que o modelo interpreta as solicitações exclusivamente por correspondência exata de palavras, sem utilizar relações contextuais ou representações aprendidas durante o treinamento.

79. Uma organização pretende disponibilizar dados para análises estatísticas, restringir a exposição de informações pessoais durante o acesso aos sistemas e estabelecer critérios para a conservação e a eliminação dos registros. A aplicação adequada das técnicas de proteção e gestão desses dados está descrita em

- a) a anonimização substitui temporariamente os dados pessoais por valores fictícios, mantendo obrigatoriamente uma tabela de correspondência que permite recuperar a identidade dos titulares.
- b) o mascaramento elimina definitivamente a possibilidade de identificação dos titulares, tornando os dados automaticamente anônimos,

independentemente da técnica utilizada ou das informações disponíveis.

- c) as políticas de retenção determinam que todos os dados pessoais sejam conservados por prazo indeterminado, desde que a organização utilize mecanismos de criptografia e controle de acesso.
- d) a anonimização e o mascaramento possuem a mesma finalidade técnica e produzem resultados equivalentes, enquanto as políticas de retenção se limitam à realização periódica de cópias de segurança.
- e) a anonimização busca impedir a identificação dos titulares por meios técnicos razoáveis e disponíveis, o mascaramento restringe a exposição de informações por meio da ocultação ou substituição de valores, e as políticas de retenção estabelecem critérios e prazos para conservação e eliminação dos dados.

80. Uma instituição coleta dados pessoais para realizar o cadastro de usuários em seus serviços digitais. Durante uma auditoria, constatou-se que o formulário solicita informações que não são necessárias para a prestação do serviço, embora estejam relacionadas à atividade da instituição. O princípio da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) diretamente relacionado à exigência de limitar a coleta ao mínimo necessário é o da

- a) adequação, que determina a utilização dos dados pessoais exclusivamente para finalidades comerciais previamente autorizadas pelo titular.
- b) necessidade, que estabelece a limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, abrangendo dados pertinentes, proporcionais e não excessivos.
- c) finalidade, que permite a coleta de informações adicionais sempre que houver relação entre os dados e as atividades gerais da instituição.
- d) transparência, que exige a divulgação pública de todos os dados pessoais coletados, independentemente de sua natureza ou finalidade.
- e) livre acesso, que autoriza a instituição a coletar informações adicionais desde que o titular possa consultar os dados armazenados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**GESTÃO ÁGIL DE PRODUTOS E PROJETOS DIGITAIS***Fernando Pedrosa*

Acerca de **Metodologias Ágeis**, julgue os itens subsequentes.

81. Dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que **NÃO** indica corretamente uma característica do Scrum Team de acordo com o Scrum 2020.

- a) Multifuncionalidade, o que significa que os membros possuem todas as habilidades necessárias para criar valor a cada Sprint.
- b) Auto-organização, o que significa escolher a melhor forma de realizar (How-To) as tarefas.
- c) Coesão de profissionais focados em um objetivo de cada vez, a Meta do Produto.
- d) Composto, normalmente, por 10 ou menos pessoas.
- e) Empoderado, pela organização, para gerenciar seu próprio trabalho.

82. Kanban é um método para Gestão de Mudanças com foco na visualização do trabalho em progresso. Sobre Kanban, assinale a alternativa correta.

- a) Tal como Scrum, Kanban prescreve papéis, práticas e algumas cerimônias específicas.
- b) Utiliza o método "Push" para seleção de itens ou tarefas a serem implementadas.
- c) Recomenda o uso de iterações com duração máxima de um mês.
- d) Não é possível desenvolver um produto apenas com Kanban, pois ele não possui, por si só, um conjunto suficiente de práticas para isso.
- e) As colunas de um quadro Kanban representam uma maneira de descrever os requisitos do produto final.

83. O Manifesto Ágil estabelece quatro valores fundamentais para o desenvolvimento de software. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses valores:

- a) Responder a mudanças mais do que seguir um plano.
- b) Processos e ferramentas mais do que indivíduos e interações.
- c) Documentação abrangente mais do que software funcionando.
- d) Negociação de contratos mais do que colaboração com o cliente.
- e) Seguir rigorosamente o cronograma inicial mais do que adaptar o escopo.

84. Sobre conceitos fundamentais de Scrum, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Scrum é um Framework ágil, simples e leve, para a gestão do desenvolvimento de produtos complexos.
- b) É Iterativo e incremental, entrega valor com frequência e reduzindo os riscos do projeto.
- c) Baseia-se no empirismo, isto é, nas experiências práticas de desenvolvimento.
- d) É prescritivo, isto é, estabelece um conjunto de práticas sobre como executar as tarefas de desenvolvimento de software.
- e) Pode ser aplicado na gestão de produtos em geral, não se atendo apenas a produtos de software.

**CIÊNCIA DE DADOS E INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL***Lucas Ianni*

85. Uma equipe de tecnologia de uma Secretaria da Fazenda iniciará o projeto do banco de dados de um novo sistema de controle de autos de infração. Na reunião inicial, o analista responsável distribuiu as atividades entre as etapas do projeto de banco de dados e os níveis da arquitetura ANSI/SPARC, explicando o que seria produzido em cada uma delas.

Assinale a alternativa que associa corretamente a etapa ou o nível à atividade correspondente.

- a) No modelo conceitual, a equipe escolherá o SGBD a ser adotado e definirá os tipos de dados de cada coluna, uma vez que essa etapa antecede diretamente a implementação.
- b) No nível externo da arquitetura de três esquemas, a equipe descreverá a estrutura completa do banco de dados para toda a comunidade de usuários, com todas as entidades e restrições.
- c) No modelo conceitual, a equipe representará a realidade do negócio por meio de entidades, como Contribuinte e Auto de Infração, e dos relacionamentos entre elas, de forma independente de SGBD.
- d) No projeto lógico, a equipe definirá índices, particionamento e organização dos arquivos em disco, com o objetivo de otimizar os algoritmos de consulta.
- e) No projeto físico, a equipe elaborará o Diagrama Entidade-Relacionamento, abstraindo detalhes técnicos de armazenamento para validar o entendimento do negócio com os usuários.

86. O DBA de uma Secretaria da Fazenda precisa permitir que a conta AUDIT, usada pela equipe de auditoria, consulte apenas as colunas cpf, nome e valor_devido da tabela CONTRIBUINTE, e somente as linhas referentes a contribuintes do município de Campinas. A equipe de auditoria não deve ter acesso direto à tabela base.

Assinale a alternativa que apresenta a solução tecnicamente adequada para esse requisito.

- a) Conceder GRANT SELECT sobre a tabela CONTRIBUINTE para AUDIT, já que o comando GRANT permite informar diretamente um filtro de linhas por meio de uma cláusula WHERE.
- b) Alterar o esquema da relação CONTRIBUINTE, removendo os atributos que AUDIT não deve ver, pois o esquema é o mecanismo responsável por restringir o acesso a colunas específicas.
- c) Executar REVOKE SELECT sobre as colunas e linhas indesejadas da tabela CONTRIBUINTE, o que cria automaticamente um filtro permanente de acesso para a conta AUDIT.
- d) Criar uma visão definida por uma consulta que projete apenas cpf, nome e valor_devido e selecione as tuplas de Campinas, concedendo, em seguida, o privilégio SELECT sobre essa visão para AUDIT.
- e) Criar uma visão com as colunas e linhas permitidas e conceder SELECT tanto sobre a visão quanto sobre a tabela CONTRIBUINTE, pois a visão só funciona se o usuário tiver acesso à tabela base.

87. Um analista preparou o roteiro abaixo para implantar uma nova tabela de notas fiscais em um banco de dados relacional:

1. CREATE TABLE NOTA_FISCAL (...);
2. INSERT INTO NOTA_FISCAL VALUES (...);
3. COMMIT;
4. GRANT SELECT ON NOTA_FISCAL TO AUDITOR;
5. TRUNCATE TABLE NOTA_FISCAL_TEMP;
6. SELECT * FROM NOTA_FISCAL;

Considerando a classificação que trata DQL, DML, DDL, DCL e TCL como subconjuntos distintos da linguagem SQL, assinale a alternativa correta.

- a) O comando da linha 5 pertence ao DML, pois remove os dados de uma tabela da mesma forma que o DELETE, apenas com desempenho superior.
- b) O comando da linha 4 pertence ao DDL, pois cria uma nova permissão, que passa a ser um objeto da estrutura do banco de dados.
- c) O comando da linha 3 pertence ao DCL, pois controla quais usuários podem tornar permanentes as alterações realizadas no banco.
- d) Os comandos das linhas 2 e 6 pertencem ao mesmo subconjunto, uma vez que ambos atuam sobre o conteúdo armazenado nas tabelas.
- e) O comando da linha 1 pertence ao DDL, subconjunto que lida com a estrutura do banco e abrange não apenas tabelas, mas também objetos como índices, views e schemas.

88. Considere a tabela NOTA, com o conteúdo a seguir, e a consulta SQL apresentada logo abaixo.

id	emitente	valor
1	A	200
2	A	NULL
3	B	500
4	B	100
5	C	500
6	A	300

```
SELECT emitente, COUNT(*), COUNT(valor)
FROM NOTA
WHERE id <> (SELECT MAX(id) FROM NOTA)
GROUP BY emitente
HAVING COUNT(*) >= 2;
```

A execução dessa consulta retorna

- a) duas linhas, com os valores (A, 2, 1) e (B, 2, 2).
- b) duas linhas, com os valores (A, 2, 2) e (B, 2, 2).
- c) três linhas, com os valores (A, 3, 2), (B, 2, 2) e (C, 1, 1).
- d) duas linhas, com os valores (A, 3, 2) e (B, 2, 2).
- e) uma linha, com os valores (B, 2, 2), pois grupos que contêm valores nulos são descartados pelo COUNT(*)

89. Uma Secretaria da Fazenda mantém, em um SGBD orientado a linhas, o sistema que registra cada pagamento de tributo no momento em que ele ocorre. A área de planejamento quer painéis com a arrecadação somada por mês e por tributo, calculada sobre bilhões de registros, e avalia adotar um banco de dados colunar para essa finalidade.

Assinale a alternativa correta acerca desse cenário.

- a) O banco colunar deveria substituir o orientado a linhas também no registro dos pagamentos, pois a organização por coluna favorece INSERT e UPDATE por identificador com baixa latência.
- b) Consultas como SELECT mes, tributo, SUM(valor) ... GROUP BY mes, tributo tendem a ter melhor desempenho no banco colunar, que lê apenas as colunas envolvidas e evita carregar atributos irrelevantes.
- c) No banco orientado a linhas, a soma dos valores pagos evitaria a leitura dos demais atributos de cada registro, desde que o campo id esteja definido como chave primária indexada.
- d) O banco colunar é a escolha típica para o registro dos pagamentos, pois oferece, em regra, garantias ACID mais rígidas que as dos bancos orientados a linhas.
- e) A compactação tende a ser menos eficiente no banco colunar, pois os valores de uma mesma coluna, por pertencerem ao mesmo atributo, dificultam a escolha de um esquema de compressão específico.

90. Uma equipe de inteligência fiscal pretende representar, em um banco orientado a grafos, as ligações entre empresas, sócios e operações comerciais para apoiar a detecção de fraudes. Na avaliação técnica, foram estudados dois modelos de representação de grafos e dois algoritmos de travessia.

Associe cada elemento da Coluna I à respectiva descrição na Coluna II.

Coluna I

- 1. Resource Description Framework (RDF)
- 2. Labeled Property Graph (LPG)
- 3. Busca em profundidade (DFS)
- 4. Busca em largura (BFS)

Coluna II

- () Percorre o grafo por níveis, visitando primeiro todos os vizinhos imediatos de um nó, sendo indicada para encontrar menores caminhos e graus de separação.
- () Representa informações por meio de triplas sujeito, predicado e objeto, com forte apoio a ontologias e inferência lógica, sendo amplamente usado na Web Semântica.
- () Avança o máximo possível em um caminho antes de retroceder, sendo útil para identificar ciclos, dependências profundas e caminhos longos.
- () Organiza vértices e arestas identificados por rótulos e enriquecidos com propriedades no formato chave-valor, priorizando flexibilidade e eficiência operacional.

A sequência correta, de cima para baixo, é

- a) 3, 1, 4, 2.
- b) 4, 2, 3, 1.
- c) 4, 1, 3, 2.
- d) 3, 2, 4, 1.
- e) 1, 4, 2, 3.

91. Uma Secretaria da Fazenda começou seu Data Warehouse por um data mart de Arrecadação e, meses depois, outra equipe criou um data mart de Fiscalização. Ambos têm uma dimensão Contribuinte, mas cada equipe adotou chaves, códigos de porte da empresa e regras de classificação próprios. Ao cruzar os dois data marts, os totais por contribuinte não coincidem.

Assinale a alternativa que analisa corretamente essa situação.

- a) O problema decorre da abordagem bottom-up, pois, na visão de Kimball, data marts departamentais não podem ser integrados depois, exigindo a construção prévia de um DW corporativo.
- b) Na visão de Kimball, a solução seria normalizar a dimensão Contribuinte até a terceira forma normal dentro de cada data mart, o que garantiria a integração automática entre eles.
- c) O cenário caracteriza a abordagem top-down de Inmon, na qual os data marts são construídos primeiro e a integração ocorre quando o DW corporativo é derivado deles.
- d) A integração seria assegurada se as tabelas fato dos dois data marts fossem idênticas, pois as dimensões podem ter formatos distintos sem prejuízo à comparação dos dados.
- e) Faltou aplicar o barramento de dados de Kimball, com a dimensão Contribuinte conformada, ou seja, padronizada e compartilhada, com os mesmos formatos, códigos e regras nos dois data marts.

92. Uma analista precisa apresentar à direção a composição da arrecadação estadual do último exercício, que totalizou R\$ 240 bilhões: ICMS com R\$ 180 bilhões, IPVA com R\$ 30 bilhões, ITCMD com R\$ 6 bilhões e demais receitas com R\$ 24 bilhões. Ela cogita usar um gráfico de pizza.

Assinale a alternativa correta.

- a) O gráfico de pizza é inadequado nesse caso, pois só se aplica a variáveis quantitativas contínuas, e os tributos são categorias de uma variável qualitativa.

b) O setor correspondente ao IPVA deve ocupar um ângulo central de 30° , já que cada bilhão arrecadado corresponde a um grau do círculo.

c) O gráfico de pizza continuaria sendo a melhor escolha se fossem acrescentadas outras 25 categorias de taxas, com o objetivo de comparar com precisão valores muito próximos entre elas.

d) O setor correspondente ao ICMS deve ocupar um ângulo central de 270° , e o gráfico é adequado por evidenciar a participação relativa de cada categoria no total arrecadado.

e) O gráfico de pizza seria também a opção mais indicada para mostrar a evolução da arrecadação de cada tributo nos últimos dez anos, já que as fatias evidenciam tendências ao longo do tempo.

93. Um projeto de Big Data de uma Secretaria da Fazenda vai ingerir as seguintes fontes: tabelas relacionais do cadastro de contribuintes; arquivos XML de notas fiscais eletrônicas; logs dos servidores de aplicação; PDFs de defesas administrativas; e imagens das câmeras instaladas em postos fiscais.

Assinale a alternativa que classifica corretamente essas fontes.

- a) Os arquivos XML das notas fiscais e os logs dos servidores são dados semiestruturados, pois possuem marcadores que identificam partes do conteúdo sem seguir o formato rígido de tabelas.
- b) Os arquivos XML das notas fiscais são dados estruturados, pois seguem um leiaute definido pela legislação, o que os equipara às tabelas de bancos de dados relacionais.
- c) As imagens das câmeras são dados semiestruturados, pois os metadados do arquivo, como data e hora da captura, funcionam como tags que organizam todo o seu conteúdo.
- d) Os PDFs das defesas administrativas são dados estruturados, pois podem ser armazenados em uma coluna do tipo BLOB de um banco de dados relacional.
- e) Os dados estruturados tendem a representar a maior parte do volume desse projeto, pois no universo do Big Data predominam dados organizados em linhas e colunas.

94. Um cientista de dados submeteu um job MapReduce a um cluster Hadoop gerenciado pelo YARN. No início da execução, foi criado um processo exclusivo desse job, encarregado de coordenar a execução das suas tarefas, acompanhar o progresso e enviar relatórios de integridade enquanto o job estiver ativo. Esse processo é o

- a) Application Master, executado em um container alocado em um dos nós do cluster.
- b) Application Manager, componente interno do Resource Manager criado especificamente para cada job submetido.
- c) Scheduler, componente do Resource Manager que rastreia as tarefas de cada job e reinicia automaticamente as que falharem.
- d) Node Manager, criado sob demanda para cada job e responsável por coordenar as tarefas dessa aplicação em todos os nós.
- e) Container, sandbox gerenciada pelo Resource Manager que agenda as tarefas de todas as aplicações do cluster.

95. No painel de arrecadação de uma Secretaria da Fazenda, os gestores consultam com frequência os totais por tributo, região e mês. Eventualmente, os auditores precisam descer até cada nota fiscal individual. A equipe de BI estuda qual arquitetura OLAP adotar para atender aos dois perfis de uso.

Analise as afirmativas a seguir.

- I. No HOLAP, os dados agregados ficam armazenados em cubos multidimensionais, enquanto os dados detalhados permanecem em um banco relacional, acessado quando o usuário precisa de mais detalhe.
- II. O ROLAP armazena os dados exclusivamente em cubos multidimensionais pré-calculados, o que lhe confere desempenho superior ao do MOLAP em consultas de agregados.
- III. O HOLAP busca combinar a alta performance do MOLAP em consultas de agregados com a maior escalabilidade do ROLAP para grandes volumes de detalhes, embora tenda a exigir maior investimento.
- IV. No MOLAP, os dados detalhados de cada transação são consultados em tempo real diretamente nas tabelas relacionais, por meio de SQL, sem o uso de cubos.

Estão corretas apenas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

96. A área de inteligência de uma Secretaria da Fazenda listou iniciativas analíticas para o próximo ano e precisa classificá-las conforme a especialização da mineração de dados mais adequada a cada uma.

Associe cada tipo de mineração da Coluna I à iniciativa correspondente na Coluna II. Um mesmo tipo pode ser usado mais de uma vez.

Coluna I

1. Mineração de texto (Text Mining)
2. Mineração de processos (Process Mining)
3. Mineração de dados sobre bases estruturadas

Coluna II

- () Analisar os logs de eventos do sistema de tramitação de processos fiscais para descobrir o fluxo real seguido, identificar gargalos e verificar a conformidade com o fluxo normatizado.
- () Aplicar tokenização, remoção de stop words e stemming às defesas apresentadas pelos contribuintes e, em seguida, agrupá-las por assunto.
- () Identificar, na base tabular de itens de notas fiscais, produtos frequentemente vendidos em conjunto, por meio de regras de associação.
- () Classificar automaticamente as mensagens recebidas pela ouvidoria em categorias de reclamação, a partir do seu conteúdo em linguagem natural.
- () Medir o tempo efetivamente decorrido entre abertura, instrução e julgamento dos processos, a partir dos registros de data e hora de cada atividade executada.

A sequência correta, de cima para baixo, é

- a) 1, 2, 3, 1, 2.
- b) 2, 1, 3, 3, 1.
- c) 2, 3, 1, 1, 2.
- d) 2, 1, 3, 1, 2.
- e) 3, 1, 2, 1, 3.

97. Um auditor recebeu apenas a tabela de frequências abaixo, com o tempo de análise, em dias, de 100 pedidos de restituição de tributos, sem acesso aos dados individuais.

Tempo de análise (dias)	Frequência
0 – 10	4
10 – 20	12
20 – 30	40
30 – 40	28
40 – 50	16

Usando o ponto médio das classes para a média, a interpolação na classe mediana para a mediana e o método de Czuber para a moda, os valores da média, da mediana e da moda são, respectivamente,

- a) 29,0 dias, 28,5 dias e 25,0 dias.
- b) 29,0 dias, 28,5 dias e 27,0 dias.
- c) 25,0 dias, 28,5 dias e 27,0 dias.
- d) 29,0 dias, 25,0 dias e 27,0 dias.
- e) 27,0 dias, 28,5 dias e 29,0 dias.

98. Uma Secretaria da Fazenda implantou um modelo de rede neural profunda para indicar contribuintes à malha fiscal. O projeto passou por comitê de ética, avaliação de viés, análise de conformidade legal e tem plano de monitoramento até a desativação. Ainda assim, os auditores não conseguem entender por que o modelo indicou cada contribuinte.

Assinale a alternativa correta acerca desse cenário.

- a) Por ser opaco, o modelo não pode integrar uma iniciativa de IA Responsável, pois IA Responsável e IA Explicável são sinônimos que tratam de decisões éticas e transparentes.
- b) O sistema pode ter sido desenvolvido segundo os princípios de IA Responsável e, ainda assim, ser opaco, pois a IA Explicável trata especificamente de tornar compreensível como cada decisão foi tomada.
- c) A IA Responsável se restringe à fase de desenvolvimento do modelo, de modo que o monitoramento em operação e a desativação ficam fora do seu escopo.
- d) Se o modelo apresentar viés sistemático contra determinado setor econômico, isso não fere os princípios de IA Responsável, desde que as decisões sejam explicáveis aos auditores.
- e) A IA Explicável abrange a avaliação das implicações sociais e legais do sistema, enquanto a IA Responsável se limita a fornecer explicações técnicas sobre as decisões do modelo.

99. Uma Secretaria da Fazenda tem 2 milhões de declarações de contribuintes, das quais apenas 3 mil foram auditadas e rotuladas como regulares ou irregulares. Rotular as demais seria inviável, e a equipe de ciência de dados discute qual abordagem de aprendizado de máquina adotar.

Assinale a alternativa correta.

- a) Como a maior parte das declarações não tem rótulo, o problema só admite algoritmos não supervisionados, como o k-means, já que os rótulos existentes são insuficientes.

- b) Um k-NN treinado apenas com as 3 mil declarações rotuladas é exemplo de aprendizado semissupervisionado, porque utiliza uma quantidade pequena de exemplos rotulados.

- c) A propagação de rótulos, que usa a estrutura dos dados não rotulados para espalhar a informação das declarações auditadas, caracteriza o aprendizado semissupervisionado e tende a ser mais barata que rotular todo o conjunto.

- d) Agrupar as declarações com clustering hierárquico e nomear os grupos como regulares e irregulares caracteriza aprendizado supervisionado, pois o resultado final é uma classificação.

- e) O aprendizado ativo consiste em descartar as declarações não rotuladas e treinar o modelo somente com os exemplos já auditados, evitando ruído no treinamento.

100. A equipe de dados de uma Secretaria da Fazenda recebeu três demandas: (1) prever o valor do ICMS a ser arrecadado no próximo mês, a partir de indicadores econômicos históricos; (2) prever se cada contribuinte ficará ou não inadimplente, com base em seu histórico rotulado; e (3) segmentar os contribuintes em grupos de comportamento semelhante, sem categorias definidas previamente.

Assinale a alternativa correta.

- a) A demanda 2 é uma tarefa de regressão, pois, ao ser resolvida por regressão logística, o modelo entrega como saída final um valor contínuo, e não uma classe.

- b) A demanda 3 é uma tarefa de classificação supervisionada, pois o resultado final atribui cada contribuinte a uma categoria.

- c) A demanda 1 é uma tarefa de agrupamento, pois relaciona o valor arrecadado a vários indicadores econômicos ao mesmo tempo.

- d) As demandas 1 e 2 são de aprendizado supervisionado, sendo a 1 uma regressão e a 2 uma classificação, que pode ser resolvida por regressão logística a partir de uma probabilidade estimada.

- e) Na demanda 1, a análise de correlação pode substituir a regressão, já que modela a variável dependente em função das independentes para produzir previsões.

101. Em um agrupamento hierárquico aglomerativo sobre uma única variável numérica, com distância $|x - y|$ entre pontos, há em determinado passo três clusters: $A = \{0, 1\}$, $B = \{4, 9\}$ e $C = \{10, 17\}$. O analista quer saber quais clusters seriam unidos na próxima iteração conforme o método de ligação adotado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Pela ligação mínima (single linkage), seriam unidos A e B, pois a menor distância entre pontos desses clusters, igual a 3, é a menor entre todos os pares de clusters.
- b) Pela ligação máxima (complete linkage), seriam unidos B e C, pois a maior distância entre seus pontos, igual a 13, é a maior entre todos os pares de clusters.
- c) Pela ligação média, seriam unidos B e C, pois a média aritmética das distâncias entre seus pontos é menor que a obtida para o par A e B.
- d) Pela ligação centroide, seriam unidos B e C, pois a distância entre seus centroides é menor que a distância entre os centroides de A e B.
- e) Pela ligação mínima, seriam unidos B e C, enquanto, pela ligação máxima, seriam unidos A e B, o que ilustra a tendência da ligação máxima de evitar grupos alongados formados por encadeamento.

102. Uma equipe segmentou municípios em três clusters (A, B e C) para avaliar o padrão de arrecadação. Para cada cluster, calculou a dispersão s , isto é, a distância média dos pontos ao respectivo centroide, e mediu as distâncias d entre os centroides: $s(A) = 1$, $s(B) = 2$, $s(C) = 1$, $d(A, B) = 10$, $d(A, C) = 10$ e $d(B, C) = 5$.

Sobre o índice de Davies-Bouldin (DBI) desse agrupamento, assinale a alternativa correta.

- a) O DBI vale 0,6, pois corresponde ao maior valor da similaridade R entre todos os pares de clusters, e valores maiores indicam clusters mais bem separados.
- b) O DBI vale aproximadamente 0,37, pois é obtido pela média simples dos valores de R calculados para todos os pares de clusters.

- c) O DBI vale 0,5, obtido pela média, entre os clusters, do maior valor de R de cada um, e valores mais próximos de zero indicam clusters mais compactos e bem separados.
- d) O DBI vale 0,5 e, como valores maiores indicam melhor agrupamento, a equipe deveria buscar configurações que elevem o índice.
- e) O DBI usa como dispersão de cada cluster a maior distância entre dois pontos do mesmo cluster, isto é, o seu diâmetro, da mesma forma que o índice de Dunn.

103. Em uma rede neural feedforward usada para classificar documentos fiscais, um neurônio de camada intermediária tem vetor de pesos $W = [1; -2; 0,5]$, sem bias, e função de ativação sigmoide. Para determinada instância, o vetor de entradas desse neurônio é $I = [2; 1,5; 2]$.

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Como a combinação linear das entradas vale 0, a saída do neurônio também será 0, pois a função sigmoide preserva o valor da sua entrada quando esta é nula.
- b) A primeira etapa do processamento do neurônio é a combinação linear, isto é, a soma dos produtos de cada entrada pelo respectivo peso, acrescida do bias quando houver.
- c) Se a função de ativação desse neurônio fosse a ReLU, a saída para essa mesma instância seria 0.
- d) Um perceptron de camada única separa as classes por meio de um hiperplano e, por isso, só resolve problemas linearmente separáveis, limitação analisada por Minsky e Papert.
- e) As funções de ativação introduzem não linearidade na rede e ajudam a controlar o impacto de pequenas alterações nos pesos sobre a saída do neurônio.

104. Uma Secretaria da Fazenda desenvolve um assistente de PLN com três funções: identificar o assunto de cada requerimento enviado pelos contribuintes, redigir minutas de resposta e produzir resumos de processos administrativos extensos para os julgadores.

Assinale a alternativa correta acerca desse projeto.

- a) Identificar o assunto de cada requerimento é uma tarefa de geração de linguagem natural (NLG), pois o sistema produz um rótulo textual a partir do conteúdo recebido.
- b) Na sumarização por extração, o modelo gera frases inéditas a partir de uma representação semântica do processo, usando termos que não aparecem no texto original.
- c) Na sumarização por abstração, o conteúdo selecionado mantém sua forma original, pois o resumo é montado com palavras-chave, cabeçalhos e frases destacadas do próprio processo.
- d) O projeto deve se apoiar exclusivamente em modelos de deep learning, pois o PLN moderno abandonou a linguística computacional e os modelos baseados em regras.
- e) A redação das minutas de resposta, com textos coerentes e semelhantes aos escritos por servidores, é tarefa de NLG, que pode ser realizada por modelos como o GPT, baseados em redes neurais profundas.

105. Antes de escolher as ferramentas de tratamento, uma analista de dados precisa catalogar os formatos das fontes que vai receber.

Qual dos pares a seguir contém apenas formatos de dados semiestruturados?

- a) Planilha eletrônica com colunas fixas e arquivo de áudio.
- b) Tabela de banco de dados relacional e arquivo JSON.
- c) Arquivo XML e arquivo JSON.
- d) Documento PDF e arquivo de vídeo.
- e) Imagem JPEG e arquivo XML.

106. Um DBA criou novos índices e reorganizou os arquivos em disco de uma tabela de contribuintes, sem alterar a estrutura lógica das tabelas nem as visões dos usuários.

Essas alterações foram feitas em qual nível da arquitetura de banco de dados?

- a) No nível físico (ou interno), que descreve como os dados são fisicamente armazenados, incluindo os caminhos de acesso.
- b) No nível conceitual (ou lógico), que descreve como os dados são gravados em disco e quais índices existem.
- c) No nível externo (ou de visão), que descreve a organização dos arquivos no disco para cada grupo de usuários.
- d) No nível conceitual, pois toda criação de índice altera obrigatoriamente o esquema lógico das tabelas.
- e) Em todos os níveis ao mesmo tempo, pois a arquitetura não permite alterar um nível sem modificar os demais.

107. Em um sistema de PLN, a palavra "banco" pode significar um assento, uma instituição financeira ou a margem de um rio, dependendo do contexto.

Qual característica das linguagens naturais esse exemplo ilustra?

- a) Tokenização.
- b) Stemming.
- c) Ironia.
- d) Vagueza.
- e) Polissemia.

108. Considere o trecho de código em Python a seguir.

```
texto = "auditoria"  
print(texto[-4:])
```

Assinale a alternativa que apresenta o valor exibido pela execução desse código.

- a) audi
- b) ria
- c) tori
- d) oria
- e) airo

BUSINESS INTELLIGENCE, ANALYTICS E VISUALIZAÇÃO

Emannuelle Gouveia

109. Uma organização pretende implementar uma arquitetura de Business Intelligence (BI) para integrar dados de diferentes sistemas operacionais e disponibilizar informações consolidadas para análise gerencial. A estrutura adequada para atender a essa necessidade deve contemplar

- a) a conexão direta das ferramentas de visualização aos sistemas transacionais, dispensando processos de integração e transformação, pois os dados operacionais apresentam obrigatoriamente formatos padronizados.
- b) a extração de dados de diferentes fontes, sua integração e preparação em processos de ETL ou ELT, o armazenamento em repositórios analíticos e a disponibilização das informações por meio de ferramentas de consulta, análise e visualização.
- c) o armazenamento exclusivo de dados não estruturados em sistemas transacionais, seguido da aplicação de ferramentas de visualização que substituem a necessidade de organização e tratamento das informações.
- d) a utilização de um Data Warehouse como substituto dos sistemas operacionais, centralizando tanto o processamento das transações diárias quanto a execução das análises gerenciais.

e) a eliminação da camada de integração de dados, uma vez que as ferramentas de BI realizam exclusivamente a apresentação gráfica das informações, sem depender da qualidade ou da consistência dos dados utilizados.

110. Uma instituição utiliza ferramentas de Business Intelligence (BI) para acompanhar o desempenho de seus serviços. Durante a análise dos resultados, foram registrados o número de atendimentos realizados, o tempo médio de espera e o percentual de solicitações concluídas dentro do prazo estabelecido. A interpretação adequada desses elementos no contexto de BI está descrita em

- a) as métricas representam medidas quantitativas utilizadas para acompanhar atividades e resultados, enquanto os indicadores relacionam essas medidas a objetivos de desempenho. Os relatórios organizam e apresentam essas informações para apoiar a análise e a tomada de decisão.
- b) as métricas correspondem exclusivamente a avaliações qualitativas, enquanto os indicadores representam dados brutos que não podem ser relacionados a metas ou objetivos institucionais.
- c) os indicadores são utilizados apenas para registrar informações históricas, enquanto as métricas permitem prever automaticamente resultados futuros, independentemente da aplicação de modelos analíticos.
- d) os relatórios de BI substituem a necessidade de indicadores, pois a apresentação de tabelas e gráficos garante, por si só, a avaliação do desempenho institucional.
- e) as métricas e os indicadores possuem funções incompatíveis, pois as métricas são utilizadas exclusivamente em sistemas transacionais, enquanto os indicadores pertencem apenas aos sistemas de apoio à decisão.

111. Uma instituição utiliza um dashboard para monitorar indicadores de desempenho de diferentes unidades administrativas. Para facilitar a identificação de desvios em relação às metas e permitir a análise dos resultados por período e unidade, o painel deve

- a) apresentar exclusivamente dados históricos consolidados, impedindo a aplicação de filtros para preservar a uniformidade das informações exibidas.
- b) substituir os indicadores de desempenho por gráficos decorativos, priorizando a quantidade de elementos visuais em detrimento da relevância das informações.
- c) utilizar obrigatoriamente gráficos tridimensionais e tabelas extensas, pois esses recursos garantem maior precisão na interpretação dos resultados.
- d) combinar indicadores relevantes, representações gráficas adequadas e recursos interativos de filtragem, permitindo comparar resultados, identificar tendências e acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas.
- e) eliminar a necessidade de atualização dos dados, uma vez que dashboards apresentam informações estáticas e não permitem integração com fontes de dados operacionais.

112. Uma organização identificou uma redução nas vendas e pretende utilizar diferentes abordagens analíticas para compreender os resultados, investigar suas causas, estimar cenários futuros e definir medidas para melhorar o desempenho. A associação correta entre essas necessidades e os tipos de análise de dados está apresentada em

- a) a análise descritiva identifica as causas da redução das vendas, enquanto a análise diagnóstica utiliza modelos estatísticos para recomendar automaticamente as melhores decisões.
- b) a análise preditiva examina exclusivamente resultados históricos, sem realizar estimativas futuras, enquanto a análise prescritiva se limita à identificação de padrões e tendências.

c) a análise diagnóstica determina as ações mais adequadas para alcançar os objetivos organizacionais, enquanto a análise descritiva utiliza algoritmos de previsão para estimar resultados futuros.

d) a análise prescritiva identifica apenas o que ocorreu em determinado período, enquanto a análise preditiva investiga as causas dos resultados observados, sem considerar projeções.

e) a análise descritiva apresenta os resultados observados, a diagnóstica investiga suas possíveis causas, a preditiva estima resultados futuros e a prescritiva recomenda ações com base em objetivos, restrições e cenários analisados.

113. Uma organização pretende ampliar a autonomia dos setores administrativos na elaboração de relatórios e análises de dados, reduzindo a dependência da equipe de tecnologia da informação para demandas rotineiras. A adoção de uma solução de Self-service BI deve considerar que

a) os usuários poderão modificar livremente os dados corporativos de origem, dispensando mecanismos de controle de acesso e validação das informações utilizadas nas análises.

b) a autonomia dos usuários elimina a necessidade de modelos de dados compartilhados, pois cada setor deve estabelecer definições próprias para os indicadores corporativos.

c) os usuários poderão criar relatórios, explorar dados e desenvolver visualizações com maior independência da equipe de TI, desde que sejam mantidos mecanismos de governança, segurança e padronização das informações.

d) a utilização de ferramentas de Self-service BI exige conhecimentos avançados de programação e administração de bancos de dados, impedindo sua adoção por profissionais das áreas de negócio.

e) a implementação de Self-service BI substitui integralmente os processos de integração e preparação dos dados, uma vez que as ferramentas garantem automaticamente a qualidade das informações analisadas.

114. Uma equipe de análise de dados precisa apresentar à direção de uma instituição a evolução mensal dos atendimentos, a distribuição percentual por categoria de serviço e a relação entre o tempo de espera e o nível de satisfação dos usuários. Para comunicar adequadamente essas informações, a escolha das representações gráficas deve considerar

- a) a utilização de gráficos de setores para demonstrar a evolução mensal dos atendimentos, pois esse formato permite identificar com maior precisão as tendências ao longo do tempo.
- b) a aplicação de gráficos de linhas para representar a participação percentual de cada categoria em um único período, independentemente da quantidade de categorias e da necessidade de comparação entre proporções.
- c) a utilização de gráficos de barras para identificar a correlação entre duas variáveis quantitativas, pois esse formato representa diretamente a dispersão dos pares de valores observados.
- d) o emprego de gráficos de linhas para acompanhar a evolução mensal, gráficos de setores para representar a composição percentual por categoria e gráficos de dispersão para investigar a relação entre tempo de espera e satisfação dos usuários.
- e) a escolha de um único tipo de gráfico para todas as análises, pois a padronização visual dispensa a consideração das características dos dados e dos objetivos da comunicação.

115. Na modelagem dimensional de um Data Warehouse, a organização das informações em tabelas fato e dimensão permite estruturar os dados para consultas e análises gerenciais. A distinção adequada entre essas tabelas está apresentada em

- a) as tabelas fato armazenam exclusivamente atributos descritivos, como nomes de produtos e categorias, enquanto as tabelas dimensão concentram as medidas quantitativas utilizadas nos cálculos analíticos.
- b) as tabelas dimensão registram obrigatoriamente cada transação operacional em seu nível mais

detalhado, enquanto as tabelas fato armazenam apenas informações consolidadas por período.

- c) as tabelas fato não possuem relacionamentos com tabelas dimensão, pois a modelagem dimensional elimina a necessidade de chaves para associar medidas aos seus contextos de análise.
- d) as tabelas dimensão armazenam exclusivamente valores numéricos destinados à agregação, enquanto as tabelas fato são responsáveis pela descrição das entidades e de suas características.
- e) as tabelas fato registram medidas associadas a eventos ou processos de negócio, geralmente vinculadas às dimensões por chaves estrangeiras, enquanto as tabelas dimensão armazenam atributos descritivos que permitem contextualizar, filtrar e agrupar essas medidas.

116. Na construção de um Data Warehouse, uma equipe de BI optou pelo esquema estrela para organizar os dados de vendas e facilitar consultas por produto, período e região. Uma característica dessa modelagem que favorece o processamento analítico é

- a) a disposição de uma tabela fato central, relacionada diretamente a tabelas dimensão geralmente desnormalizadas, reduzindo a necessidade de junções entre múltiplas tabelas nas consultas analíticas.
- b) a distribuição das medidas quantitativas entre diversas tabelas dimensão normalizadas, eliminando a necessidade de uma tabela fato central para armazenar os registros de vendas.
- c) a organização das dimensões em múltiplas tabelas hierarquicamente relacionadas, de modo que cada atributo descritivo seja armazenado obrigatoriamente em uma tabela independente.
- d) a substituição dos relacionamentos entre tabelas por documentos semiestruturados, permitindo que todas as informações sejam armazenadas sem a definição de chaves.
- e) a utilização exclusiva de tabelas normalizadas até a terceira forma normal, impedindo a redundância de atributos descritivos e dispensando operações de junção durante as consultas.

117. Um Data Warehouse registra vendas por produto, loja e dia. A equipe de análise pretende consultar os resultados por mês, trimestre e ano, além de detalhar as vendas de cada loja individualmente. Considerando os conceitos de granularidade e hierarquias na modelagem dimensional, a estrutura adequada deve

- a) armazenar exclusivamente os totais anuais na tabela fato, pois a agregação prévia dos dados permite recuperar posteriormente os valores detalhados por dia e loja.
- b) definir a granularidade da tabela fato de acordo com os níveis mais elevados das hierarquias, impedindo consultas em níveis inferiores para preservar a consistência dos resultados.
- c) manter a granularidade da tabela fato no nível de produto, loja e dia, utilizando uma hierarquia temporal que permita agregar as medidas em níveis superiores, como mês, trimestre e ano.
- d) substituir a dimensão tempo por medidas numéricas na tabela fato, pois as hierarquias são aplicáveis exclusivamente a dimensões geográficas e organizacionais.
- e) estabelecer diferentes granularidades para cada medida de uma mesma tabela fato, sem necessidade de compatibilidade entre os níveis de detalhe, pois as hierarquias corrigem automaticamente eventuais inconsistências.

118. Uma equipe utiliza o Power Query, no Microsoft Excel, para preparar dados provenientes de diferentes arquivos. Durante o tratamento, precisa corrigir os tipos de dados de determinadas colunas, reunir registros de tabelas com estruturas compatíveis e acrescentar informações de uma tabela a outra com base em uma coluna comum. As operações adequadas para essas necessidades são, respectivamente,

- a) alteração de tipos de dados, mesclagem de consultas e combinação de consultas por acréscimo, pois a mesclagem reúne registros verticalmente e o acréscimo relaciona colunas por valores correspondentes.
- b) alteração de tipos de dados, acréscimo de consultas e mesclagem de consultas, pois o acréscimo reúne linhas de diferentes tabelas e a mesclagem relaciona informações por meio de colunas correspondentes.
- c) alteração de tipos de dados, mesclagem de consultas e agrupamento de linhas, pois o agrupamento permite relacionar automaticamente registros de diferentes tabelas por chaves comuns.
- d) substituição de valores, acréscimo de consultas e transposição de tabelas, pois a transposição estabelece relacionamentos entre registros de diferentes fontes de dados.
- e) alteração de tipos de dados, duplicação de consultas e acréscimo de consultas, pois a duplicação integra registros de diferentes tabelas e o acréscimo realiza junções por colunas correspondentes.

119. Na criação de medidas e colunas calculadas com a linguagem DAX, utilizada no Power BI, o resultado das expressões pode variar conforme o contexto de avaliação. A interpretação tecnicamente adequada dos mecanismos de contexto e das funções de inteligência de tempo está apresentada em

- a) o contexto de linha determina exclusivamente os filtros aplicados aos elementos visuais, enquanto o contexto de filtro corresponde à avaliação individual de cada registro de uma tabela.
- b) a transição de contexto ocorre automaticamente em qualquer expressão DAX, independentemente da existência de contexto de linha ou da utilização de funções específicas.
- c) as funções de inteligência de tempo dispensam a utilização de informações temporais e permitem calcular comparações entre períodos sem considerar datas ou filtros associados ao calendário.
- d) a função CALCULATE elimina permanentemente todos os filtros existentes no modelo de dados e impede que expressões sejam avaliadas conforme seleções realizadas nos relatórios.
- e) o contexto de linha permite avaliar expressões em relação ao registro corrente, o contexto de filtro delimita os dados considerados no cálculo, e a função CALCULATE pode realizar a transição de contexto, enquanto funções de inteligência de tempo permitem análises entre diferentes períodos.

120. Durante a preparação de dados no Power Query, um analista utiliza a linguagem M para importar uma tabela, remover linhas desnecessárias e alterar os tipos de dados de determinadas colunas. A característica da linguagem M que permite organizar essas operações em uma sequência de transformações está corretamente descrita em

- a) a linguagem M executa exclusivamente comandos SQL sobre bancos de dados relacionais, impedindo a transformação de arquivos e outras fontes de dados.
- b) cada transformação realizada na linguagem M modifica obrigatoriamente a tabela original na fonte de dados, sem permitir a criação de resultados intermediários.
- c) a linguagem M utiliza apenas referências posicionais entre linhas, não permitindo atribuir nomes às etapas de transformação nem reutilizar resultados anteriores.
- d) a linguagem M permite definir expressões nomeadas em uma estrutura let, referenciar os resultados de etapas anteriores e utilizar a expressão in para indicar o valor retornado pela consulta.
- e) a linguagem M exige que todas as transformações sejam realizadas por meio de interfaces gráficas, pois não permite a criação ou edição direta de expressões no Editor Avançado.

ESTUDO DE CASO

O Instituto Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (INPDT), um órgão público fictício, está enfrentando desafios significativos na análise e integração de dados provenientes de diversas fontes internas e externas. Esses dados são cruciais para apoiar as decisões estratégicas e operacionais da organização, que incluem desde a alocação de recursos até a avaliação de políticas públicas. Atualmente, os dados estão espalhados por vários sistemas de banco de dados transacionais (OLTP) e planilhas, dificultando a geração de relatórios precisos e análises profundas.

Para resolver esses problemas, o INPDT decidiu implementar um Data Warehouse (DW) que consolide dados de todas as suas fontes operacionais, permitindo análises mais eficientes e integradas. O projeto de implementação do DW foi atribuído a uma equipe de analistas e engenheiros de dados, que devem considerar as melhores práticas e metodologias para garantir o sucesso da iniciativa.

A respeito da situação hipotética apresentada acima, faça o que se pede a seguir:

1. Explique como a implementação de um Data Warehouse pode resolver os problemas atuais de integração e análise de dados enfrentados pelo INPDT.
2. Descreva os diferentes esquemas de modelagem multidimensional (Esquema Estrela, Esquema Floco de Neve e Esquema Constelação) e indique qual deles seria o mais adequado para o INPDT, justificando sua escolha.
3. Explique as abordagens top-down e bottom-up na construção de um Data Warehouse e recomende qual abordagem o INPDT deve adotar, considerando suas necessidades e objetivos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado. Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos.
Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
